

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELIANE GRIEP GOMES BITENCOURT

INFÂNCIA E PROCESSO CIVILIZADOR: UM ESTUDO A PARTIR DA
SOCIEDADE DE CORTE E DA PEDAGOGIA DISCIPLINAR

CURITIBA

2023

ELIANE GRIEP GOMES BITENCOURT

INFÂNCIA E PROCESSO CIVILIZADOR: UM ESTUDO A PARTIR DA
SOCIEDADE DE CORTE E DA PEDAGOGIA DISCIPLINAR

Dissertação apresentada ao curso de
Pós-Graduação em Educação Teoria e
Prática de Ensino, Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pooli.

CURITIBA
2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584
com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

BITENCOURT, Eliane G. G.

Infância e Processo Civilizador: Um Estudo a Partir da Sociedade
de Corte e da Pedagogia Disciplinar / Eliane G. G. Bitencourt, 2023.
104 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientador: Prof. Dr. João Paulo Pooli

1. Educação Infantil. 2. Educação. 3. Processo Civilizador. I. Título.
II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO: TEORIA E
PRÁTICA DE ENSINO - 40001016080P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ELIANE GRIEP GOMES BITENCOURT** intitulada: **INFÂNCIA E PROCESSO CIVILIZADOR: UM ESTUDO A PARTIR DA SOCIEDADE DE CORTE E DA PEDAGOGIA DISCIPLINAR**, sob orientação do Prof. Dr. JOÃO PAULO POOLI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 20 de Fevereiro de 2023.

Assinatura Eletrônica

23/02/2023 09:15:02.0

JOÃO PAULO POOLI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/02/2023 09:27:14.0

LUCIA HARDT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica

24/02/2023 07:08:20.0

MÁRCIA BAIERSDORF

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. João Paulo Pooli, agradeço pelo trabalho dedicado à minha pesquisa e suas orientações sempre oportunas que me ajudaram a trilhar o árduo caminho desta dissertação.

À minha família, por ter me apoiado e pela compreensão quanto às minhas inúmeras ausências e aflições.

Aos amigos, com quem pude compartilhar momentos fecundos de convivência e aprendizado.

À Universidade Federal do Paraná por ter me acolhido e possibilitado que esta pesquisa fosse realizada.

RESUMO

Nosso objetivo com esta pesquisa foi de analisar as características e peculiaridades da educação de crianças nas instituições de ensino em relação ao conceito de processo civilizador, tal como foi formulada por Norbert Elias, que se preocupou em estudar a constituição do ser civilizado nas sociedades contemporâneas. Buscamos também investigar as interdependências entre os conceitos de infância e escolarização, utilizando como ponto de partida a concepção de processo civilizador como fundamento de que a infância se constitui no desenvolvimento histórico das sociedades onde as crianças participam. Pensar a infância a partir de Norbert Elias nos permitiu compreender como a busca pela civilidade determina a organização dos currículos de ensino, disso decorre que a própria noção de infância pode ser entendida como um complexo contexto elaborado de narrativas e concepções. Metodologicamente, partindo dessa base teórico-sociológica realizamos a pesquisa de observação em uma escola de educação infantil analisando como a Base Nacional Comum Curricular para essa etapa pode ser entendida como um documento onde se encontram um conjunto de prescrições e concepções pelos quais o processo civilizador pode se fazer presente, atuando para disciplinar os comportamentos e as condutas das crianças. Dessa forma, a partir deste estudo podemos concluir que os saberes pedagógicos e sua influência civilizatória de normalização desempenha o seu papel nos processos de aperfeiçoamento presentes no ensino infantil. Refletir sobre o desenvolvimento infantil, o questionando enquanto lugar onde está presente o processo civilizador permite também compreender a sua constituição histórica e cultural e o modo como se insere nos aspectos sociais da modernidade. Com isso, pensar a infância a partir de Norbert Elias nos permite perceber como a busca pela civilidade determina a organização dos currículos de ensino. Disso decorre, que a própria noção de infância pode ser entendida como um complexo elaborado de narrativas e concepções.

Palavras-chave: Educação Infantil; Processo Civilizador; Infância; BNCC.

ABSTRACT

Our objective with this research was to analyze the characteristics and peculiarities of children's education in teaching institutions in relation to the concept of civilizing process, as formulated by Norbert Elias, who was concerned with studying the constitution of the civilized being in contemporary societies. We also seek to investigate the interdependencies between the concepts of childhood and schooling, using as a starting point the conception of the civilizing process as the foundation that childhood is constituted in the historical development of the societies where children participate. Thinking about childhood based on Norbert Elias allowed us to understand how the search for civility determines the organization of teaching curricula, as a result of which the very notion of childhood can be understood as a complex context elaborated from narratives and conceptions. Methodologically, based on this theoretical-sociological basis, we carried out observational research at an early childhood education school, analyzing how the National Common Curricular Base for this stage can be understood as a document containing a set of prescriptions and concepts through which the civilizing process can be present, acting to discipline the behavior and behavior of children. Thus, from this study we can conclude that pedagogical knowledge and its civilizing influence of normalization plays its role in the improvement processes present in early childhood education. Reflecting on child development, questioning it as a place where the civilizing process is present also allows understanding its historical and cultural constitution and the way in which it is inserted in the social aspects of modernity. Thus, thinking about childhood based on Norbert Elias allows us to perceive how the search for civility determines the organization of teaching curricula. It follows that the very notion of childhood can be understood as an elaborate complex of narratives and conceptions.

Keywords: Early Childhood Education; Civilizing Process; Infancy; BNCC.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

APPF - Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação

APP - Associação de Pais e Professores

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CE - Campos de experiências

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

DCNP - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em
Pedagogia

EI - Educação Infantil

OTP - Organização do Trabalho Pedagógico

SME - Secretaria Municipal de Educação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Sala de aula do PRÉ IIB.....	72
FIGURA 2: Campos de experiência.....	76
FIGURA 3: Eixos Estruturantes.....	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA.....	12
1.2 TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	13
1.3 INTRODUÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO TEXTO.....	16
1.4 PERCURSO METODOLÓGICO.....	22
 2 PODER E CIVILIZAÇÃO: A SOCIEDADE DE CORTE DE NORBERT ELIAS.....	 24
2.1 CORTE E SOCIEDADE.....	30
 3 SOCIEDADE E CIVILIDADE: O PROCESSO CIVILIZADOR SEGUNDO NORBERT ELIAS.....	 33
3.1 PROCESSO CIVILIZADOR NA ESCOLA: A EDUCAÇÃO INFANTIL NA INTERPRETAÇÃO DE NORBERT ELIAS.....	41
 4 A ESCOLA COMO LUGAR DE DESENVOLVIMENTO DA CIVILIDADE.....	 48
4.1 ESCOLA E CIVILIZAÇÃO: DESDOBRAMENTOS A PARTIR DE UMA PEDAGOGIA DISCIPLINADORA.....	53
4.2 A PEDAGOGIA CIVILIZADORA.....	60
 5 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR POR MEIO DA BNCC: A PESQUISA DE OBSERVAÇÃO.....	 70
5.1 A BNCC E SEU PAPEL DISCIPLINADOR.....	76
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 90
 REFERÊNCIAS.....	 96
APÊNDICE I.....	102
APÊNDICE II.....	103

1 INTRODUÇÃO

1.1 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

Com este trabalho tivemos a pretensão de analisar os aspectos e as particularidades do desenvolvimento infantil nas instituições de ensino em relação à noção de processo civilizador tal como foi formulada por Norbert Elias que se preocupou em estudar a constituição do ser civilizado em consonância com os aspectos das sociedades nas quais estavam inseridos. Esta dependência entre os conceitos, em nossa opinião, pode ser elucidada por meio da relação entre infância e escolarização. Partindo da concepção de processo civilizador utilizamos como fundamento o entendimento de que a infância se constitui no desenvolvimento histórico das sociedades sendo uma forma de compreender o fenômeno da constituição da criança. O período correspondente ao desenvolvimento infantil é breve e marcado pelo aprendizado da criança em relação ao abundante conjunto de saberes e costumes que demoraram séculos para serem consolidados no interior da sociedade, esse aprendizado é caracterizado pela intenção de civilizar os atores infantis na direção de uma autorregulação capitaneada pela instituição escolar.

A partir dessa problematização compreendemos o lugar do desenvolvimento infantil nos processos de ensino escolar tendo como contexto os aspectos do processo civilizador. No escopo dessa problematização, é fundamental enfatizar que esta pesquisa se inseriu num contexto de apropriação de uma teoria complexa, que leva muitos anos para ser estudada e depurada, e que esta pesquisadora se encontra ainda em formação, mas com muita motivação e coragem para enfrentar os desafios que uma pesquisa de Mestrado impõe.

Com isso, lembramos que Norbert Elias não tratou especificamente do tema da educação em suas obras, mas mesmo assim, essa temática é basilar nos seus estudos, pois todo o processo de constituição da Civilidade passa pelo ser criança. Dessa forma, realizaremos, nas páginas seguintes, um estudo de aproximação teórica de caráter ensaístico com a perspectiva de Elias, e o

nosso foco estará na conceitualização do ser criança porque este elemento está indiretamente muito presente na obra Elisinha.

1.2 TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nasci na cidade de Cascavel, Paraná, onde durante o meu ensino médio tive a oportunidade de estagiar em uma escola municipal de ensino básico, desempenhando atividades administrativas na secretaria da escola. Nesse período fui conhecendo a rotina escolar com seus aspectos positivos, mas também seus inúmeros desafios, o que me fez desenvolver um forte vínculo de pertencimento à aquele ambiente escolar. Nessa época cheguei a pensar em seguir a carreira do magistério, no entanto, cresci em uma família que atua no setor comercial o que me levou a fazer o vestibular para o curso de Recursos Humanos. Ao ingressar no curso Tecnólogo em Recursos Humanos, a partir das atividades acadêmicas vivenciadas, fui aprendendo muitas coisas novas, mas lá no fundo ainda trazia comigo a vontade de um dia retornar ao ambiente escolar. Durante esse período tive a oportunidade de trabalhar na empresa Focus Concursos onde desempenhei atividades de correção e formatação de materiais didáticos e pedagógicos, essa experiência foi muito positiva, pois estava atuando novamente na área ligada a educação, foi um período de muito aprendizado e novas descobertas.

Após finalizar o curso de tecnólogo me mudei para Florianópolis, onde há tempos minha irmã residia, tomei a decisão de fazer a licenciatura em educação física. Estava muito motivada com esta oportunidade, pois atuaria em uma área que sempre me cativou. Logo que iniciei o curso de Educação Física tive a oportunidade de atuar como auxiliar de ensino em uma escola municipal, onde a cada dia me sentia realizada desempenhando as atividades próprias da docência e do fazer pedagógico. O ambiente escolar foi me motivando cada vez mais, diariamente procurava oferecer o meu melhor como profissional e via no semblante das crianças que eu poderia enfim fazer alguma diferença. Concluí o curso de licenciatura em Educação Física e logo em seguida passei a atuar como professora no ensino básico, e decidi que

buscaria me aperfeiçoar como profissional da educação fazendo a seleção para o mestrado em educação da UFPR.

Os desafios e vivências que tenho como professora vão de encontro a linha de pesquisa do PRPPG-UFPR “Formação da docência e fundamentos da prática educativa” que discute os fundamentos teóricos e práticos para o exercício da docência na contemporaneidade, levando em conta a existência de diferentes perspectivas e correntes teóricas. Assim, busco compreender o papel do educador e o espaço da sala de aula numa perspectiva histórico-filosófico-cultural.

Enquanto atuava como auxiliar de ensino na rede municipal, por convite de um amigo professor, participei como ouvinte de um grupo de pesquisa, onde fui desenvolvendo apreço pelo universo da pesquisa em educação, visto que a partir da minha vivência no ambiente escolar aos poucos fui me motivando a futuramente ingressar na pós graduação em educação.

Dessa forma, decidi estudar a relação do ser criança no currículo da educação infantil e o processo civilizador, pois possibilitam compreender nossas ações em relação a concepção de infância e como se constitui o ensino nessa fase, levando em consideração as características que as definem no decorrer da história. Nessa perspectiva, tendo em consideração o ser criança e a infância como uma concepção originada ao longo da história, conseguimos compreender que vivências em sociedade e as práticas pedagógicas, como também nossos conhecimentos e como são historicamente construídos.

O currículo da educação infantil presente na BNCC sistematiza as práticas educacionais, além de ser uma eficiente política normativa que busca padronizar o comportamento da sociedade, objetivando que todos os estudantes do país possuam uma identidade alinhada com as aspirações de uma sociedade determinada pela rede do poder disciplinador. O conjunto de concepções e práticas pedagógicas que a BNCC impõe, fundamentado em práticas de controle disciplinar, atua como um sistema de dispositivos que objetiva a criança, controlando-a conforme regras que impõe uma normalização. Essa proposta curricular transforma a experiência dos professores em sala de aula em um grande desafio. As relações sociais e o processo civilizador individual são um contínuo período de aprendizagens, que tem início na infância e se prolonga pela vida toda, dessa forma, se constitui

por elementos sociológicos. Deste modo, a educação da criança e o currículo da educação infantil como fenômeno social precisa ser investigada. As transformações nos aspectos da estrutura coletiva e social reivindicam novos padrões de pesquisa e observação, com a perspectiva de entender as características da humanidade, seus aspectos e sistematização. Referindo-se especificamente a condição da criança, Elias afirma que é preciso revelar que estas não podem apenas serem compreendidas como adultos em miniatura, sendo que esta perspectiva nos leva a compreender de forma inovadora o currículo da educação infantil e seu lugar na BNCC, pois as crianças vão adquirindo características de adulto no decorrer do processo civilizador que possui características próprias em cada modelo de civilização. Os paradigmas civilizatórios atuais nos mostram transformações históricas e sociais em relação a compreensão da criança e dos elementos da infância, do currículo e da educação infantil. Na atualidade está se tornando frequente a discussão a respeito dessa temática em diferentes contextos sociais. Isso resulta em uma pertinente descoberta do ser criança, dando-lhe liberdade e atenção às suas necessidades fazendo com que tenha possibilidade de ser atuante na sociedade.

No decorrer desta pesquisa percebi uma transformação gradual na forma de pensar e observar a realidade educacional, embora ainda seja uma pesquisadora iniciante, acredito que durante a pesquisa, adquiri conhecimentos sobre as teorias de Norbert Elias, sua influência quanto às metodologias de ensino e pesquisa educacional. Isso me proporcionou agregar experiências no caminho de se tornar uma educadora mais eficaz, além de ampliar meus horizontes intelectuais.

Sempre tive muita dificuldade na escrita de textos científicos e ao me deparar com o desafio da pesquisa do Mestrado aos poucos fui encontrando, dentro de mim mesma, habilidades de pesquisa e escrita, que são valiosas no universo da pesquisa em educação. Em paralelo a isso, senti minha autoconfiança e autoestima ser fortalecida, pois a cada etapa vencida me imbuía de motivação para avançar na pesquisa e enfrentar os desafios pessoais e profissionais.

1.3 INTRODUÇÃO À ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Afim de desenvolver a nossa problemática adotamos como metodologia a perspectiva da investigação qualitativa com aspectos de pesquisa bibliográfica e da pesquisa de observação in loco tendo como finalidade respaldar nosso estudo nos textos de Norbert Elias, além de autores que se debruçaram sobre os temas e conceitos que julgamos imprescindíveis para esta pesquisa. Conduzimos nossa pesquisa com uma atitude reflexiva e crítica diante dos conceitos e argumentos expostos, fazendo uso de elementos empíricos de observação, teóricos e conceituais próprios da sociologia e da filosofia e relacionados ao processo civilizador e sua relação direta e latente com os aspectos conceituais da noção de infância em Norbert Elias.

No primeiro capítulo intitulado *Poder e Civilização: A Sociedade de Corte de Norbert Elias*, nosso ponto de partida foi a noção de que o aparecimento da sociedade de corte se relaciona diretamente à concentração do poder por parte do Estado. Elias foi protagonista de várias críticas a visão histórica estabelecida defendendo que a sociedade e os indivíduos sempre estão intimamente relacionados se complementando nas práticas sociais, dessa maneira não haveria uma sociedade sem indivíduos, tampouco haver indivíduos sem estarem imersos em uma sociedade. Assim, pode-se entender que há uma relação estreita e definitiva entre a sociedade e as pessoas que dela fazem parte. Com isso, avançamos na interpretação de que a corte pode ser entendida como um conjunto de caracterizações próprias dos ambientes de convivência da nobreza europeia, sendo um elemento de reflexão sobre as estruturas sociais da sociedade cortesã por intermédio de uma análise dos processos e vivências sociais.

A sociedade de corte é entendida como uma forma de configuração, tendo em vista que apresenta uma dinâmica social que passa por frequentes mudanças, sendo formada por aspectos correlacionados mutuamente. Nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade de corte não pode ser entendida como algo que se constitui além dos indivíduos, pois estes mesmos indivíduos seriam

incapazes de compreender o significado de suas práticas senão em relação a esta sociedade. Com isso, as significações e códigos sociais presentes na corte que eram repassados por meio da cultura e do ensino, de modo a evidenciar a distância existente entre as classes sociais e a administração dos afetos e sentimentos estabelecia-se uma configuração de dominação, que colocou o rei em uma prisão de sua própria imagem, de maneira que fosse obrigado a ilustrar todo o seu potencial por meio de ações de submissão dos indivíduos.

No segundo capítulo denominado *Sociedade e Civilidade: O Processo Civilizador segundo Norbert Elias* tratamos como, fundamentada no processo civilizador, ocorre o que chamamos de transmissão de normas e regras sociais com o intuito de controlar os objetos e as funções corporais. Por entender que cada tempo histórico tem suas próprias peculiaridades, suas normas, regras e hábitos de convivência, percebe-se que essas questões se transformam com o passar do tempo, criando novas práticas e costumes aceitos no grupo social.

Nesse contexto, pode-se considerar que as questões sociais que envolvem a civilização do homem estão relacionadas ao seu tempo, ou seja, para o homem contemporâneo, ser civilizado está relacionado a hábitos e costumes do seu tempo, logo, concepções acerca disso que remetem ao início dos tempos, serão vistas como incivilizadas.

Sob este viés enfatizamos a necessidade de se compreender que um indivíduo é fortemente influenciado por seus pares, ou seja, que hábitos e costumes são repassados de uma geração para outra, mas sempre dentro de um contexto socialmente aceito. Nesse sentido, essa rede social tem se tornado tão complexa e extensa que tem exigido um esforço a mais no sentido de se comportar corretamente dentro dela, que, além de exigir um autocontrole a mais, também reiterou as relações e instituições sociais.

No primeiro tópico do capítulo em questão tratamos do *Processo Civilizador na Escola: A Educação Infantil na Visão de Norbert Elias*, onde a partir das concepções elaboradas em suas obras, pode-se evidenciar grandes contribuições desse autor para a Educação Infantil, pelo modo como abordou os aspectos relacionados ao desenvolvimento das condutas e costumes ao longo das conceitualizações presentes nos seus estudos sobre o processo civilizador. A estruturação da sociedade e a formação da dinâmica civilizatória

tem a sua compreensão por meio da relação entre ensino e desenvolvimento infantil. Nesse sentido, a educação infantil seria o cerne da construção e da transformação da sociedade ao longo dos anos, sendo o principal aporte para a constituição do processo civilizatório.

Mesmo que Elias não tenha se dedicado especificamente a estudar a infância em suas obras, mas sim em analisar a dependência que há entre o grupo social e o indivíduo, o que se verifica é que o autor traz evidências fundamentais para a área pedagógica, enfatizando a convivência pautada nas relação de controle e influências que existem entre adultos e os atores do desenvolvimento infantil a partir do momento em que reconstrói o percurso do processo civilizador na convivência entre pais e filhos nos países mais desenvolvidos industrialmente, servindo como uma espécie de estereótipo da coerção presente no processo de ensino.

A educação infantil passa a ser vista como essencial para o processo de aprendizado e desenvolvimento das crianças, sendo vista como uma possibilidade delas se inserirem na sociedade. Nesse aspecto, a aprendizagem está presente nas relações que se estabelecem no convívio social e familiar ou por meio das instituições de ensino. Diante disso, pode-se entender que o processo civilizatório é construído por meio da convivência entre as pessoas.

No terceiro capítulo intitulado *A Escola como lugar de desenvolvimento da Civilidade* tratamos da infância a partir dos estudos que o autor realiza sobre o processo civilizador e sobre as transformações presentes na constituição das regras e preceitos que estruturam a coletividade, dessa forma, é possível tecer uma reflexão sobre as correspondências e semelhanças possíveis presentes na correlação entre os conceitos e suas características. Podemos afirmar que Elias constitui o dinâmica civilizadora como um movimento de pensamento ininterrupto e incompleto onde, a partir disso, podemos compreender a infância como um elemento fundamental na formulação de um referencial dos indivíduos e seus vínculos e dependências no convívio social.

O processo civilizador presente na obra de Norbert Elias caracteriza uma transição na forma de agir e nas sensações e emoções humanas em um caminho específico, o que resulta em transformações da forma de se comportar dos indivíduos em coletividade como também das interações de interdependência e as figurações da coletividade no desdobramento histórico

lento e gradual. O domínio das sensações e emoções e o controle dos impulsos figuram no novo rol de práticas e comportamentos que passam a ser considerados como sendo um referencial de civilidade para nortear a vivência em sociedade. Com isso, quanto menos complexo um grupo social, mais perto esses aspectos estão um do outro, dessa maneira, nos grupos sociais das cidades industrializadas surgiu a demanda para criar um ambiente com expertise para educar e compor criança para o contexto de convivência presente na vida adulta e no meio escolar. Dessa forma, há diversos outros ambientes que agem modificando a constituição da civilização das crianças. Elias enfatiza, que a existência do ensino dos métodos de leitura e da matemática por si só já estabelecem uma grande ação de controle e domínio dos sentimentos, emoções e afetividades

No primeiro tópico do terceiro capítulo denominado *Escola e Civilização: Desdobramentos a partir de uma Pedagogia Disciplinadora*, veremos como a dinâmica civilizadora, com o passar do tempo, foi se direcionando para a racionalização das emoções e afetos resultando no controle desses elementos psicológicos. Dessa forma, desenvolver a civilidade das crianças está relacionado a um maior domínio e educação dos seus impulsos e sentimentos que se estabeleceu a medida que as cidades cada vez mais industrializadas se consolidavam estando relacionado também ao aumento dos vínculos e dependências próprios dos grupos sociais. Quanto mais confusa e enigmática uma coletividade, mais exigem-se atitudes reguladas pelo controle interno das pulsões. Com isso, consideramos que a partir da obra de Elias podemos afirmar a correlação entre uma dinâmica civilizadora e o estabelecimento do moderno entendimento da criança e da infância, visto que no ambiente da modernidade se faz presente o cuidado e consideração em relação às crianças.

Ainda no terceiro capítulo, no tópico chamado *A Pedagogia Civilizadora*, abordaremos o desenvolvimento da organização do ensino infantil, citando a Reforma Educacional de 1930 que resultou na reorganização do ensino Normal e primário, com isso o pensamento da Escola Nova se tornou hegemônico dentro das teorias da pedagogia que começaram a ser amplamente divulgadas levando o escolanovismo a ser alçado a um lugar de destaque como servindo

de fundamento para os estudos e buscas por uma solução dos problemas existentes na preparação de novos professores.

A partir da nova mentalidade a escola deveria fomentar o caráter civilizador levando os alunos até os patamares do conhecimento e das obrigações sociais, mas para que isso ocorresse as crianças deveriam assumir certas demandas sociais de acordo com a sua necessidade por preencher o vazio de conhecimento, o qual o educador teria a tarefa de preencher com os saberes e conhecimentos. Com essa organização do ensino cada criança teria um lugar na estrutura de controle e dominação que foi se estabelecendo com as relações pedagógicas.

No quarto capítulo denominado *A Instrumentalização do Processo Civilizador por meio da BNCC: A Pesquisa de Observação* veremos como a Base Nacional Comum Curricular reuni um conjunto de políticas para nortear os currículos, sua construção reflete as intenções governamentais do ministério da educação em relação ao rol de valores e conhecimentos próprios da educação básica, sua elaboração visa constituir um modelo de práticas a serem seguidas pelas instituições de ensino tanto públicas como de natureza privada de todo o território nacional.

Além da função precípua da Base Nacional, podemos enfatizar também o seu caráter possuidor de elementos de poder político relacionados diretamente com a estruturação do que podemos chamar de uma pedagogia guiada por aspectos que se pretendem científicos, pois estas duas áreas fomentam narrativas e discursos direcionados aos atores sociais e da educação, com destaque ao público infantil. Tendo em vista os princípios próprios de uma pedagogia normativa, a Base Nacional estabelece as formas como, obrigatoriamente os conteúdos e práticas de ensino-aprendizagem devem ser abordados dentro do ambiente escolar.

O processo civilizador estabelece novos comportamentos e reprime outros, se constituindo historicamente a partir de relações de controle e domínio atuando como fator disciplinador e de controle dos indivíduos. Ainda no quarto capítulo, veremos os dados obtidos pela pesquisa de observação e em seguida como a Base Nacional lança mão do recurso da organização e divisão por meio de um conjunto de caracteres alfabéticos e numéricos elaborados para demonstrar como as competências e habilidades se

correlacionam com o planejamento do processo de ensino-aprendizagem na relação bilateral entre aluno e professor. Disso resulta que na etapa da Educação Infantil, a partir da BNCC podemos falar em aprendizagens de caráter fundamental e elementar que trazem consigo hábitos de conduta, práticas sociais e comportamentais além de habilidades e informações em relação às experiências e aprendizados mútuos que estimulam o aperfeiçoamento nos mais variados campos de experiências, frequentemente tendo em vista os convívios e a brincadeira como mote central da sua constituição.

Tratando agora diretamente das narrativas de civilidade e normalização do comportamento, encontramos na Base Nacional o que podemos afirmar ser a narrativa basilar dessa temática, ou seja, a exigência de que a totalidade das crianças que frequentam as instituições de ensino no país uniformizem suas práticas pedagógicas em relação ao desenvolvimento das ditas competências e habilidades.

Nesse contexto, a Base Nacional pode ser entendida como um documento onde se encontram um cabedal de elementos e concepções pelos quais o processo civilizador pode se fazer presente no desenvolvimento infantil, e com isso pode atuar para induzir comportamentos controlando as condutas desde a infância. Utilizando concepções e ideias pedagógicas que se dizem defensoras da individualidade e da autonomia, a Base Nacional traz em seu interior uma relação de normalização, seja pela noção de poder aliada aos métodos pedagógicos, seja pelas características do processo civilizador.

Devido a isso, vemos com frequência os saberes pedagógicos e sua influência civilizatória de normalização desempenhar o seu papel nos processos de aperfeiçoamento presentes no ensino infantil. Refletir sobre o desenvolvimento infantil, o questionando enquanto lugar onde está presente o processo civilizador permite também compreender a sua constituição histórica e cultural e o modo como se insere nos aspectos sociais da modernidade. Com isso, pensar a infância a partir de Norbert Elias nos permite perceber como a busca pela civilidade determina a organização dos currículos de ensino. Disso decorre, que a própria noção de infância pode ser entendida como um complexo elaborado de narrativas e concepções.

1.4 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa e terá como pressuposto metodológico a pesquisa bibliográfica procurando fundamentar-se nos textos de Norbert Elias que consideramos fundamentais para delimitação conceitual do tema e a pesquisa de observação que utilizaremos a partir de três procedimentos básicos, a saber, a escolha do campo empírico, a observação da prática pedagógica e a análise documental. Esses procedimentos foram relevantes e necessários. Prioritariamente a observação da prática pedagógica e os outros completaram possibilitando a compreensão e interpretação da realidade escolar.

Utilizamos a pesquisa de cunho teórico-empírico (pesquisa de campo), que faz uso dos sentidos para obtenção de determinados aspectos da realidade. Para Gil em sua obra *Métodos e técnicas de pesquisa social* (1999) a observação constitui a maneira mais apropriada para conhecer a realidade, visto que se caracteriza por um mínimo de intervenção do pesquisador no campo de estudo. Dessa forma, pode-se compreender que o método da observação in loco se concentra nas ações e comportamentos que se desenrolam de forma habitual e natural em seu local de atuação e o pesquisador observador não interfere nesse ambiente afim de obter informações de forma clara e natural. Com isso objetiva-se assegurar imparcialidade e objetividade, elementos fundamentais na pesquisa de cunho científico.

Partir da obra *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos* (2003) de Bogdan e Biken podemos afirmar que a metodologia da pesquisa de observação parte da atitude de ver, ouvir e examinar os fatos ou fenômenos que se constituem como objeto da pesquisa. Dessa forma, essa metodologia da observação se constitui em um elemento fundamental no contexto da descoberta e possibilita que o pesquisador tenha um contato mais próximo com o objeto de estudo, no caso desta pesquisa, a infância e o processo civilizador na educação infantil.

Na obra *A Técnica da Observação nas Ciências Humanas* de Marcos

Antônio da Silva (2013) podemos compreender as vantagens da pesquisa de observação, a qual possibilita elementos para delimitação de problemas, favorece a construção de hipóteses, aproxima-se das perspectivas dos sujeitos, possibilita a obtenção de dados sem interferir no grupo estudado além de permitir a coleta de dados em situações de comunicação, pois apresenta meio direto e satisfatório para estudar uma ampla variedade de fenômenos. Dessa forma, essa metodologia de pesquisa permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários.

A partir dos pressupostos da pesquisa de observação e bibliográfica investigamos o fenômeno educacional do desenvolvimento infantil em relação à noção de processo civilizador tal como foi formulada por Norbert Elias. Com a investigação que foi realizada estudamos a constituição do ser civilizado em consonância com os aspectos da relação entre infância e escolarização e observaremos como a aplicação da Base Nacional Comum Curricular atua como cabedal de elementos e concepções pelos quais o processo civilizador pode se fazer presente no desenvolvimento infantil, e com isso pode atuar para induzir comportamento controlando as condutas desde a infância. Com isso, pensar a infância a partir de Norbert Elias nos permite perceber como a busca pela civilidade determina a organização dos currículos de ensino. Disso decorre, que a própria noção de infância pode ser entendida como um complexo elaborado de narrativas e concepções.

Além da pesquisa bibliográfica e de observação, minha realidade e experiência como profissional da educação contribuiu para construir uma linha argumentativa quanto aos conceitos trabalhados, utilizando o método da pesquisa qualitativa, abordando aspectos históricos e sociológicos da educação e seu alcance quanto a concepção de infância que pode ser entendida a partir da expressão de sentido do currículo da educação infantil, pois o currículo da educação infantil, com suas normas e padronizações influenciam na constituição do “ser criança”. O lócus da pesquisa foi a escola básica especificamente no segmento da educação infantil, onde nos possibilita analisar o fenômeno educacional da constituição do ser criança, de forma planejada sistematicamente, registrada metodicamente e sempre sujeita a verificações de controle.

2 PODER E CIVILIZAÇÃO: A SOCIEDADE DE CORTE DE NORBERT ELIAS

A ascensão da sociedade de corte sem dúvida está ligada ao impulso da crescente centralização do poder do Estado (...). Contudo, raramente se coloca uma pergunta fundamental nesse contexto que permaneça sem resposta: a questão da dinâmica de desenvolvimento da sociedade, de como e por que se forma, durante determinada fase do desenvolvimento do Estado, uma posição social que concentra nas mãos de um único homem uma abundância de poder extraordinária (ELIAS, 2001, p. 28).

A obra de Norbert Elias intitulada de “A Sociedade de Corte”, foi escrita no início dos anos 1930, mas publicada somente em 1969, na Alemanha, tendo sua primeira versão impressa em 1982. O grande objetivo de Elias com essa obra foi encontrar uma relação entre o empirismo e a teoria, sob o ponto de vista sociológico. Tendo como pretensão fixar terminologicamente “o conceito de ‘sociedade cortesã’¹ da mesma forma que se fixou o conceito de ‘sociedade burguesa’” (SIMÕES, 2000, p. 01).

Elias fez diversas ressalvas a interpretação dos estudos históricos a respeito de acontecimentos ou figuras históricas que ganharam notório reconhecimento durante os séculos. Dessa forma, o que impulsionou este momento foram os conflitos pelo controle dos meios de coerção sociais e o reconhecimento que estava envolvido na política real e nos meios de convivência dos nobres.

¹ Tretout em seu seminário *La cou: Institution et pouvoir* (2009, tradução nossa) afirma que Elias designa por este termo qualquer configuração resultante, em um determinado momento e lugar, do arranjo único de relações de interdependência entre homens, já Desbiens (2018, tradução nossa) complementa, em seu artigo *Connaissance et société chez Norbert Elias: Contribution à une théorie dialectique de la société*, complementa que nas suas observações empíricas sobre a sociedade da corte e a dinâmica do Ocidente, Elias testou sua teoria da sociedade dos indivíduos, em que a sociedade é entendida como um processo configuracional pensada a muito longo prazo. Com isto, estabelece os princípios fundamentais que servirão de guia para suas reflexões sobre a possibilidade do conhecimento sociológico.

Há uma ênfase em questões fundamentais, como a configuração, a interdependência e o equilíbrio das tensões da época, conforme pode ser destacado através do conceito de configuração central, tendo em vista que a compreensão de sociologia pode ser reestruturada. Assim, a teoria apresentada por Elias pode ser entendida como uma sociologia dos processos ou configuracional. Afirmar Elias (2001, p. 213): “[...] uma das questões da sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e por que os hóspedes estão ligados entre si, constituindo, assim, configurações dinâmicas específicas”.

Diante disso, o que se evidencia é que, por meio do conceito de configuração, Elias intenciona ir além do pensamento baseado na simples oposição entre aspectos sociais e indivíduo como pólos de significado separados e individuais, um elo que não se divide e uma superestrutura formada com um conjunto de elementos aplicável, respectivamente (COSTA, 2017).

Segundo Elias, essa forma de estruturação foi utilizada com o intuito de compreender o contexto social, político e cultural dos grupos sociais:

A sociedade de corte não é um fenômeno que existe fora dos indivíduos que a formam; os indivíduos que a constituem, os reis, os ajudantes das câmaras, não existem fora da sociedade que integram uns com os outros. O conceito de ‘configuração’ serve para expressar esta situação (ELIAS, 1996, p. 31).

Sob este ponto de vista, o que se evidencia é que Elias acredita que a sociedade e os indivíduos são conceitos complementares, ou seja, na visão dele, não há como se ter uma sociedade sem indivíduos, tampouco haver indivíduos sem estarem imersos em uma sociedade. Assim, pode-se entender que há uma relação estreita e definitiva entre a sociedade e os indivíduos² (SIMÕES, 2000).

² Para aprofundar a discussão sobre relação dialética entre sociedade e indivíduo, sugerimos o artigo já citado de Desbiens (2018, tradução nossa), *Connaissance et société chez Norbert Elias: Contribution à une théorie dialectique de la société*, onde o autor afirma que podemos afirmar que a sociedade e os indivíduos são uma e a mesma coisa, quando se compreende o caráter fundamentalmente social de individualidade: por um lado, o social (habitus) é incorporado aos indivíduos que, por outro lado, individualizam esse caráter social ao longo do processo da vida humana, seguindo a lógica das ações individuais interdependentes. A teoria de Elias desenha sua originalidade pelo fato de não só existir um processo de socialização, nomeadamente através do aprender tudo o que inclui hábitos sociais (linguagem, conhecimento, valores, etc.) para fazer do indivíduo um ser social, mas também que haja um processo de individualização dessas formas coletivas de fazer, pensar e sentir, porque cada

Analisando esses conceitos com a corte do antigo regime, Elias salienta que esta apresenta dificuldades e limitações semelhante a outros grupos sociais, mas com a particularidade nela existe uma constante necessidade de reconhecimento e afirmação de status e poder. A corte, dessa maneira, pode ser entendida como a organização e administração do ambiente doméstico da nobreza, por meio do qual o autor faz uma reflexão sobre as estruturas sociais da sociedade cortesã por intermédio de uma análise das estruturas habitacionais (SIMÕES, 2000).

Desse modo, Costa (2017) afirma que a sociedade de corte é entendida como um tipo de configuração, tendo em vista que apresenta uma dinâmica social que passa por frequentes mudanças, sendo formada por aspectos correlacionados mutuamente. Nesse sentido, pode-se dizer que a sociedade de corte não pode ser entendida como algo que se constitui além dos indivíduos, pois estes mesmos indivíduos seriam incapazes de compreender o significado de suas práticas senão em relação a esta sociedade. Com isso, as significações e códigos sociais presentes na corte que eram repassados por meio da cultura e do ensino “o conceito de configuração desalinha as diferenças entre público e privado, desarruma as diferenças entre social e psíquico” (COSTA, 2017).

Sobre isso, Elias afirma que a nobreza fazia de um tudo e gastava o que não tinha para preservar o seu nome, tendo em vista que esse era um dos bens mais preciosos desse período. Assim, utilizavam-se diversos meios:

(...) para fazer valer a posse de um nome ou de uma linhagem, os nobres, que também eram providos de uma falta de uniformidade ou de homogeneidade, assumiam com horror a possibilidade de se parecerem com os burgueses e, por conseguinte, com os trabalhadores, isto é, ser nobre implicava não ser trabalhador (LUCAS, 2014, p. 01).

Isso significa dizer que a nobreza se considerava acima da classe trabalhadora, era necessário estar imerso nesse jogo de poder e não apenas de forma parcial. Essas questões ficam ainda mais evidentes quando Elias retrata em seu livro a respeito das estruturas habitacionais na época de Luís

ser humano tem uma experiência vivida singular e, portanto, fundamentalmente individual, ou seja, diferente de todos os outros. Os seres humanos são fundamentalmente e dialeticamente seres sociais e individuais, os processos de individualização e socialização sendo o produto do mesmo processo geral - o da atividade humana - que se desenvolve simultaneamente.

XIV, como o palácio de Versailles, onde habitam cerca de 10.000 pessoas, ou seja, a sociedade cortesã reunia um conglomerado de pessoas em um ambiente reduzido, pois o que entendemos como corte tinha uma estruturação semelhante à organização urbana (SIMÕES, 2000).

Elias ainda ressalta que os cortesãos eram habitantes urbanos, no entanto, sua vinculação com a cidade é menos concreta do que dos burgueses com o trabalho. Isso fazia com que a convivência no interior da corte tivesse um caráter itinerante passando por várias cidades (SIMÕES, 2000).

Costa (2017) diz que a sociedade de corte estaria relacionada a uma relação domínio e resignação. Assim, aquelas pessoas pertencentes à sociedade teriam normas e regras diferentes daquelas organizadas pela burguesia. A formalidade e uso das regras de etiquetas representariam a distinção quanto as particularidades existentes nas classes sociais. “Com a etiqueta³, a sociedade de corte procede à sua autorrepresentação, cada pessoa singular distinguindo-se de cada uma das outras e todas elas se distinguindo conjuntamente em relação aos estranhos ao grupo” (ELIAS, 2001, p. 120).

Nesse sentido, no interior da organização social da prevalecia as questões formais, a obrigação ao uso da etiqueta, regras e costumes que se tornariam imprescindíveis até mesmo em relação às pequenas ações e olhares, por meio do domínio dos sentimentos expressões de emoções (COSTA, 2017).

Elias, então, atentou-se a uma análise mais aprofundada acerca dos símbolos sociais da corte que eram transmitidos por meio da educação, de modo a evidenciar a distância existente entre as classes sociais e a administração dos afetos e sentimentos. Assim, via-se, nitidamente, uma configuração de dominação, que colocou o rei em uma prisão de sua própria imagem, de maneira que fosse obrigado a ilustrar todo o seu potencial por meio de ações de submissão dos indivíduos.

³ Jason Hughes em seu artigo *Norbert Elias and the Habits of Good Sociology* (2013, tradução nossa) nos ajuda a complementar este assunto afirmando que Elias utilizou como fonte um famoso texto de boas maneiras, um manual de etiqueta do século XIX voltado especialmente para mulheres jovens, *The Habits of Good Society*. Foi uma das muitas obras que Elias utilizou em *On The Process of Civilization* (2012) para traçar mudanças gerais nos padrões de comportamento entre as classes altas seculares de sociedades europeias específicas.

A violenta especificação de importância e a necessidade de glorificar a própria existência como sóbrio, que aparentemente o elevavam acima de todos os outros homens, acabavam ao mesmo tempo prendendo o rei em correntes que o empurravam inexoravelmente para a engrenagem social (ELIAS, 2001, p. 149).

Nesse sentido, Elias quis dizer que, ao mesmo tempo que o rei se autodeclarava soberano, acima de todos, também se prendia a um mundo só seu, que o enclausurava em uma vertente puramente social, em um mundo onde só cabiam pessoas como ele.

Diante disso, Elias afirma que a nobreza não enxergava os trabalhadores como fazendo parte do sistema, para eles eram apenas criados, isto é, o criado era visto como pertencente a um outro mundo muito distante do mundo da nobreza. Um exemplo disso é a própria nobreza em si, que acaba se tornando uma exceção às classes sociais, mesmo que muito submetidos a realceza (LUCAS, 2014).

Como uma forma de expor em mais detalhes toda essa questão de distância e proximidade, Elias cita Claude-Henri de Rouvrouy, o Conde de Saint-Simon⁴ (1760-1825) como uma figura ímpar em sua obra, tendo em vista que teve a oportunidade de viver a dinâmica dessa sociedade, tanto dentro quanto fora do jogo. Assim, Elias escreveu esse livro com o intuito de descrever os processos próprios do meio social que são vividos pelos agentes, fazendo isso por meio de uma argumentação teórica gerada pela seleção de eventos que demonstram a crise vivenciada pelo sistema, bem como indivíduos que viveram de forma dramática alguns eventos, sem perder de vista a polaridade firmada entre submissão e autoridade (LUCAS, 2014).

Lucas (2014, p. 2) ainda afirma que a Sociedade de Corte “foi constituída pela exclusão do que não foi nobreza, revelando-se uma sociedade altamente excludente pela etiqueta”. Isso quer dizer que era uma sociedade eletiva, na qual prevaleciam as vantagens individuais e não coletivas, onde a nobreza estava atrelada à etiqueta e não ao requinte, reiterando o fato de que isso constitui um processo de afirmação das peculiaridades que pode ser vista

⁴ Dennis Smith (2009, tradução nossa) em seu artigo *Norbert Elias and The Court Society: from Gallapagos to Versailles via Quai des Orfèvres* nos mostra que Elias se baseia em textos franceses dos séculos XVI, XVII e XVIII, incluindo cerca de vinte citações das memórias de Saint-Simon; historiadores clássicos franceses do século XIX e início do século XX incluindo Taine, Lavissee e Lemonnier suplementados por Ranke; e sociólogos quase contemporâneos, como Weber, Sombart e Veblen.

do ponto de vista de uma prática subjetiva de ações e escolhas que demonstra um controle sobre suas próprias escolhas e decisões.

No entanto, há que se ressaltar que a etiqueta,⁵ na interpretação de Elias, possuía variações em relação a quem a utilizava, de maneira que pudesse ser vista como um símbolo de superioridade ou afirmação.

A etiqueta foi usada pelo rei como meio de humilhação da nobreza, em que cada um encontrava a grandeza na pequenez do ato, sendo, cada um por si, algo irrelevante, uma vez que a relevância somente podia ser achada no conjunto (ELIAS, 2001, p. 120).

Por outro lado, na nobreza, a etiqueta era vista como algo superficial, cênico, que acabou se tornando algo muito enrijecido, inviabilizando a reprodução do sistema. Todavia, aquele nobre que deixava de considerar a etiqueta essencial, acabava renunciando à sua própria identidade.

Para evidenciar a sua inquietação em relação a essa atitude da nobreza, que enaltecia em demasia o uso da etiqueta e da formalidade como sendo características de um nobre, Elias utilizou como referência a obra de Montesquieu: “O Espírito das Leis”, tendo em vista que, para ele, ela contribuía sobremaneira com as suas ideias, pois estabelecia um referencial que tornava possível compreender como a nobreza chegou à ruína. Entre as concepções evidenciadas em Montesquieu, uma delas evidencia o fato de que na sociedade cortesã não era permitido que a nobreza francesa tomasse posse em empreendimentos levando a compreensão que o acúmulo de riqueza era algo sem honra para a classe, podendo incorrer em sérias consequências, como a perda do título, por exemplo (SIMÕES, 2000).

Ainda sob a concepção de Montesquieu, Elias diz que houve a ideia de se ter um mecanismo que levasse as riquezas possuídas pelos nobres à derrocada. Esse processo se refletia na concentração de dívidas que tinham a

⁵ Sobre a etiqueta nos estudos de Elias podemos citar como complemento o artigo de Stephen Mennell (2010, tradução nossa) *Norbert Elias, The Civilizing Process: Sociogenetic and Psychogenetic Investigations - An overview and assessment* onde encontramos a afirmação de que Elias procurou um fragmento da história que poderia ser estudado em relativo isolamento, que estava longe o suficiente no passado para manter o envolvimento (...). Depois de uma longa pesquisa, ele escolheu o assunto - a transformação da etiqueta nas cortes pós-medievais da Europa Ocidental. A documentação era excelente, pois ele tinha livros de boas maneiras à sua disposição por volta de 1350 em diante. Como ele descobriu, as mudanças na etiqueta durante esse período foram dramáticas. Quanto essas mudanças poderiam ser explicadas? Elias argumentou que elas estavam associadas a profundas modificações da estrutura de poder na sociedade.

intenção de perpetuar a representação social que era ostentada pela nobreza. Para preservar o poder de aquisição, assim, manter a sua representatividade na corte, os nobres, progressivamente, foram se desfazendo daquilo que lhes proporcionava renda, o que era principalmente a suas propriedades (SIMÕES, 2000).

Sobre isso, Elias relata que, naquela época, o rei outorgava títulos para a sociedade cortesã em ascensão, de modo que famílias ricas burguesas eram beneficiadas com títulos mobiliários, de acordo com a vontade expressa pelo rei (ELIAS, 1996, p. 211).

Simões (2000) diz que as famílias burguesas ganhavam maior notoriedade e eram elevadas às condições de nobres, o que acaba provocando o *acortesamento* da burguesia e o *aburguesamento* da nobreza. Segundo Elias, isso ocorreu porque questões que estavam intimamente relacionadas à nobreza foram sendo transferidas à burguesia em franco crescimento, assim passavam a agir de acordo com os códigos e costumes que antes eram exclusivos da corte.

2.1 CORTE E SOCIEDADE

Todas as questões relacionadas a Sociedade de Corte eram assim tratadas e vivenciadas porque, nos séculos XVII e XVIII, a corte era o ponto principal da convivência social, os meios urbanos não tinham representatividade, de modo que todos os elementos de subsistência provinham do território extenso do reino, e deveriam, obrigatoriamente serem levadas até a corte e posteriormente ao rei, estabelecendo a prática onde a corte era a origem da visão de mundo presente no Antigo Regime (ELIAS, 2001).

Diante disso, podemos salienta que as sociedades que possuíam a característica de corte acabaram constituindo-se como o lugar de desenvolvimento de novos hábitos e costumes, quanto a convivência social, mas também em relação aos paradigmas de conduta e práticas sociais.

O crescimento gradual da sociedade de corte se deu por intermédio dos desejos e inclinações dos nobres mais elevados, pois além de explicitar um controle e comedimento maior das motivações, mostra também um demasiado

crescimento da coerção da sociedade e da relação de subordinação dos nobres em relação ao poder real (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2011).

É nesse período que começam a ocorrer os conflitos entre os senhores feudais, pois se mostravam resistentes à perda de suas vantagens e benefícios reais, como também pelos senhores proprietários de grandes extensões de terras que guerreavam pelo controle absoluto do poder político. Assim, começa a nascer o luxo nas cortes, onde a etiqueta e os bons modos eram vistos como um ritual sagrado, direcionados para a ambição daqueles que intencionavam ser reis ou que queriam estar perto dele (RIBEIRO, 1983).

A respeito disso Elias (2001, p. 86) enfatizava que:

[...] Alguém que não pode mostrar-se de acordo com o seu nível perde o respeito da sociedade. Permanece atrás de seus concorrentes numa disputa incessante por status e prestígio, correndo o risco de ficar arruinado e ter de abandonar a esfera de convivência do grupo de pessoas de seu nível e status [...].

Todas essas questões acabam por disseminar um sentimento de superioridade dos nobres em relação às demais classes, gerando um forte sentimento de competição, que Elias comparava com “a competição de capital por questões econômicas existentes nas sociedades industrializadas” (TOMÉ, QUADROS; MACHADO, 2011, p. 02).

Assim sendo, o que se via é que a sociedade de corte, nesse período, acabava por não ter limites morais quanto ao desperdício de recursos, pois esse desperdício era visto como um símbolo de poder e reconhecimento social entre a nobreza. Diante de um cenário onde gastar era sinônimo de status, onde tudo girava em torno de luxo, gastar praticamente tudo que se tinha era considerada uma prática normal.

Temos em mente que toda essa competição por prestígio dizia respeito a uma disputa por um prestígio hierarquizado, ou seja, a luta era pelo poder hierarquizado, levando em conta que o prestígio, seja demasiado ou escasso, determinava a influência que exerceria ou receberia de outra pessoa.

Por outro lado, os conflitos que ocorriam no seio da nobreza tinham como base as regras de boas maneiras evitando desavenças públicas, dessa forma, um novo conjunto de normas de conduta se estabeleceu, privilegiando a cortesia e a gentileza.

Frente ao exposto, Ribeiro (1983) enfatiza que os bons hábitos, passaram a ser vistos como representações da civilidade,⁶ constituindo-se de um detalhado ritual que abrangia toda a sociedade e levava em consideração vários aspectos, como vestuário, regras de como recepcionar os convidados e formas adequadas de se comunicar. A partir de então, a situação se modifica, havendo uma maior cobrança de um indivíduo sobre o outro, exigindo a prática das boas maneiras de maneira mais enfática.

As mudanças que ocorreram no seio da sociedade afim de torná-la civilizada foram se estabelecendo de forma progressiva e contínua. Assim, na sociedade de corte, cada pessoa conhecia seu lugar e o respeitava. Ribeiro (1983) diz que esses lugares eram determinados pelas normas de boa conduta e pelo controle de uma racionalidade pautada no bom senso, sendo que estes elementos eram representativos de uma civilidade e fortuna.

⁶ Andrew Linklater (2004, tradução nossa) em seu artigo *Norbert Elias, The 'Civilizing Process' and the Sociology of International Relations*, afirma que evidências de que a ideia de civilidade continua importante para a análise do desenvolvimento de sistemas sociais modernos pode ser encontradas em uma coleção recente de ensaios, que se baseia nos escritos históricos de Sir Keith Thomas. Civilidade se refere a convenções sociais, maneiras ou hábitos e traços psicológicos relacionados e disposições emocionais que trazem ordem e harmonia para os assuntos humanos. a forma como a moral, as convenções e orientações psicológicas atuam na preservação a ordem é o principal ponto de partida da Escola Inglesa, no entanto, a literatura em seu desenvolvimento negligenciou amplamente as maneiras pelas quais seus membros ocasionalmente usavam as ideias de civilidade e do processo civilizador para entender a ordem entre comunidades políticas independentes. A sua definição de civilização é amplamente semelhante ao uso do processo civilizador por Elias.

3 SOCIEDADE E CIVILIDADE: O PROCESSO CIVILIZADOR SEGUNDO

NORBERT ELIAS

Com o processo civilizador é transmitido às pessoas normas e regras sociais como uma maneira de regular e controlar os objetos e as funções corporais. Por entender que cada tempo histórico tem suas próprias peculiaridades, suas normas, regras e hábitos de convivência, percebe-se que essas questões se transformam com o passar do tempo, criando novas práticas e costumes aceitos no grupo social. Todas essas modificações na sociedade humana foram essenciais para a evolução do grau de civilização e o desenvolvimento desse período (OLIVEIRA, 2012).

Para entender melhor o que Elias pretende com a obra *O Processo Civilizador*,⁷ é importante tentar remeter o homem contemporâneo a uma época remota, aos primórdios da civilização. Se isso fosse possível, certamente esse indivíduo da atualidade descobriria hábitos e costumes muito diferentes do que ele está habituado, considerando-os, inclusive, como selvagens ou não civilizados. Landini (2005) afirma que esse modo de ser desse homem antigo vai contra tudo que o homem atual aprendeu como hábitos de conduta socialmente aceitáveis.

Com isso percebemos que a dependência entre indivíduo e o contexto do grupo social não deve ser sustentada na sobreposição entre ambos, sendo

⁷ Tânia Quintaneiro (2005, tradução nossa) em seu artigo *The concept of figuration or configuration in Norbert Elias' sociological theory* nos lembra que, Elias, em seus estudos, descobriu que a persona real constituía o ponto de equilíbrio das tensões sociais que definem a estrutura absolutista. As interdependências criadas pelo conflitos de aristocratas e membros da burguesia - e seu subproduto, a necessidade de distinção - gerar uma conduta baseada no crescente autocontrole dos impulsos e natural apetites. Nesse contexto, todos os contendores submetem o comportamento do outro a uma vigilância permanente, por meio da observação, buscando prever suas intenções e probabilidades de promoção social, e o risco que representam para a posição do estabelecido. O refinamento, em constante processo de melhoria, foi um dos lados da racionalidade desta configuração, que extremamente diminuiu as chances dos rejeitados, impedidos de aprender ou mesmo de imitar (com o refinamento necessário) a conduta das cortesãs. Este aumento simultâneo de autocontrole e a interdependência entre os membros da figuração caracteriza o chamado processo civilizador. Já para Paillé (2017) em seu artigo *La sociologie de Norbert Elias et « l'effondrement de la civilisation » en Allemagne*, de forma simples, o processo de civilização refere-se em Elias à correspondência entre o processo histórico de monopolização do poder por um estado centralizado e o processo psicológico de domesticação das pulsões individuais, que tem como corolário uma pacificação da sociedade.

uma complementação, assim a questão está relacionada nos processos de cunho psicológicos subjetivos e a organização da sociedade, de modo que a sociologia, por exemplo, tem a tendência de enfatizar o distanciamento entre o grupo social e o indivíduo (ELIAS, 1990, p. 15).

Desse modo, podemos afirmar que Elias pretendeu abordar a problemática ligada aos estudos sociológicos tratando também da forma como o homem se relaciona com essa ciência, de modo que, para ele, havia a necessidade de idealizar um conjunto de conhecimentos que pudessem ser observados por meio da experiência, ou seja, que pudesse ser verificável e emendável, ao invés de embasar essas teorias em concepções que, futuramente, pudessem ser rejeitadas, corrigidas ou desenvolvidas por gerações futuras (COSTA; MENEZES, 2013).

Sobre isso, Elias faz duras críticas em relação à busca por uma sociologia com bases científicas,⁸ pois, segundo ele, “faltam teorias empiricamente baseadas para explicar o tipo de mudanças sociais de longo prazo que assumem a forma de processo e, acima de tudo, de desenvolvimento” (ELIAS, 1994, p. 216). Essa falta que Elias sente em relação ao embasamento empírico, torna-as especulativas e parciais em sua análise. Quando os dados empíricos advêm de pesquisas cuidadosas e criteriosas sobre as formas como a sociedade se expressa, podem ser uma garantia, de acordo com Elias, para que a sociologia não seja vista como inflexível e definitiva, tendo em vista que as concepções e argumentos devam ser analisados, e havendo a necessidade, serem rejeitados⁹ (COSTA; MENEZES, 2013).

⁸ Sabine Delzescaux (2016, tradução nossa) em seu artigo *Épistémologie et posture critique* afirma que o programa de pesquisa desenvolvido por Elias retoma questões que encontramos também nos precursores da sociologia, em torno dos quais as ciências sociais foram estruturadas. Essas questões são fundamentalmente de ordem epistemológica e metodológica, mas, de certa forma, pode-se dizer também de ordem ontológica. Assim, o desejo reiterado de Elias de forjar um modelo sociológico resolutamente científico capaz de se libertar dos modos de pensamento mágico-mítico e pré-científico ecoa, que também significava forjar um pensamento fundamentalmente racional, libertado antes de tudo de modos de pensar teológicos e, depois, de modos de pensar qualificados como metafísicos. Questões relativas à cientificidade do pensamento sociológico e seu empoderamento em relação ao campo das ciências naturais, bem como questões relativas às abordagens metodológicas a serem implementadas para analisar a realidade social, também estiveram no centro das preocupações.

⁹ Eric Dunning and Jason Hughes (2013, tradução nossa) em seu texto *Norbert Elias and Modern Sociology Knowledge, Interdependence, Power, Process*, afirmam que Elias não subscreveu nem uma visão do conhecimento científico como completamente "livre de valor",

Nesse contexto, pode-se considerar que as questões sociais que envolvem a civilização do homem estão relacionadas ao seu tempo, ou seja, para o homem contemporâneo, ser civilizado está relacionado a hábitos e costumes do seu tempo, logo, concepções acerca disso que remetem ao início dos tempos, serão vistas como incivilizadas.

Assim, quando a sociedade transmite seus valores aos indivíduos que fazem parte dela, deve “abdicar do gozo sobre a circulação de certos objetos pulsionais” (COSTA; ENDO, 2014, p. 02). Já a pessoa receptora desses valores precisa também abrir mão dos aspectos psicológicos da correlação desses elementos. Em outras palavras, é um processo de dinâmica sociocultural que possibilita ao grupo social, que é regido por normas e processos sociais, se interiorize nos indivíduos como uma forma de administrar os próprios anseios utilizando uma dinâmica de processos de sentimentos e emoções. Todavia, Elias ressalta que essa perda não ocorre na produção de sintomas (COSTA; ENDO, 2014).

Toda essa questão de transmissão de hábitos e normas de conduta se conectam estreitamente às normas de convivência em sociedade, em relação a como agir socialmente e além disso, em relação à moralidade, a noção interior subjetiva e aos elementos morais que se expressam nas vivências sociais em grupo, conforme evidenciado por Oliveira (2012):

Todas as sociedades, ao longo da história, criaram normas e princípios com a finalidade de orientar as relações entre grupos e pessoas. Apesar de nem sempre procederem do Estado, alguns desses princípios impunham regras que se não fossem seguidas, implicariam em penalidades, que iam da desaprovação à exclusão daqueles que não as respeitassem (OLIVEIRA, 2012, p. 03).

A partir disso, o que se viu foi o surgimento de um entendimento no qual o constrangimento e o pudor foi introjetado pelo contexto social e que,

nem a noção de que a contingência social do conhecimento torna todos os elementos do mundo social igualmente "válidas" como no caso de um relativismo epistêmico. A chave para Elias era considerar, e em pequena parte contribuir para, condições sob as quais uma comunidade intergeracional de cientistas sociais pudesse desenvolver entendimentos mais adequados do mundo e, de fato, desenvolver uma *base* mais segura para seus julgamentos de valor, ou seja, o objetivo de Elias era fornecer uma base para a construção de valores sociológicos mais autônomos e 'mais sólidos' do que os atuais. Para Elias, seriam 'mais sólidos' na medida em que facilitariam a fundação de uma orientação coletiva para o desenvolvimento de um conhecimento mais confiável em relação à esfera das configurações humanas. Em última análise, tais valores seriam mais sólidos na medida em que possuísssem o potencial de tornar a vida mais.

atualmente, considera-se algo que surgiu naturalmente, porém, Elias contradiz isso, afirmando que esses elementos afetivos foram se estabelecendo no interior dos grupos sociais.¹⁰ A partir do momento que os indivíduos de um determinado grupo social são considerados polidos e civilizados, certas práticas e costumes mal vistos são reprimidos (OLIVEIRA, 2012).

Sob este viés, Elias enfatizava a necessidade de se compreender que um indivíduo é fortemente influenciado por seus pares, ou seja, que hábitos e costumes são repassados de uma geração para outra, mas sempre dentro de um contexto socialmente aceito. No entanto, ele ressaltou que isso não eleva um indivíduo em detrimento de outro, de modo que, tanto a pessoa quanto o seu grupo social têm o mesmo grau de importância. Isso quer dizer que nem a sociedade é maior que o sujeito, nem a pessoa tem maior ou menor valor que seu coletivo. A respeito disso, Elias destaca:

[...] conceitos como “indivíduo” e “sociedade” não dizem respeito a dois objetos que existiriam separadamente, mas a aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos, e que ambos os aspectos (e os seres humanos em geral) habitualmente participam de um processo de transformação estrutural (ELIAS, 1990, p. 220).

Nesse caso, o que Elias quis dizer é que o indivíduo e o grupo social no qual se insere não são elementos isolados,¹¹ não existe um grau de subordinação entre eles, assim como também deixam de ser processos equilibrados e constantes. O processo de dualidade que distancia as pessoas

¹⁰ Para Oliveira (2012), em seu artigo *O Processo Civilizador segundo Norbert Elias* as demandas sociais de cada tempo histórico possibilitam transformações nos hábitos e costumes socialmente aceitos. Essas transformações sucessivas na civilidade humana permitiram o atual grau de civilização e o desenvolvimento de nossa época, no entanto, esse processo não seria obra de planejamento de uma única pessoa ou grupo de pessoas. Foi a somatória dessas transformações que permitiu a constituição da atual civilização.

¹¹ Florence Delmotte (2010, tradução nossa) em seu artigo *Termes clés de la sociologie de Norbert Elias* nos ajuda a compreender essa temática afirmando que a partir do seu ponto de vista metodológico, Norbert Elias rejeita a alternativa entre o individualismo weberiano e o holismo durkheimiano, alternativa dominante e até fundadora para as ciências humanas em geral e para a sociologia em particular. Ele pretende mostrar que, para qualquer observador “realista”, essa antítese é uma ilusão que tem suas raízes no individualismo moderno. Essa separação é, portanto, o produto de uma história particular, a do Ocidente moderno, que deu origem a ideologias rivais, mas complementares, na política como na ciência. Depois de desconstruídas, veríamos melhor que falar sobre a sociedade ou o indivíduo, em última análise, equivale a falar sobre a mesma coisa, mas de dois ângulos diferentes, dois pontos de vista complementares. Por um lado, todo indivíduo “depende”, desde antes de seu nascimento, de seus relacionamentos com muitos outros indivíduos. Por outro lado, a sociedade, suas estruturas e instituições “dependem” dos atos entrelaçados de indivíduos socializados, na maioria das vezes de gerações sucessivas de tais indivíduos.

do grupo social tende o primeiro como algo sem dependências e encerrado em volta de si mesmo. Além disso, a organização social acaba sendo vista como “alguma coisa completa em si, de uma formação de contornos nítidos, de uma forma perceptível e uma estrutura discernível ou menos visível” (ELIAS, 1994, p. 20).

Diante disso, a ideia de uma sociedade estagnada e imóvel formada por pessoas distantes e afastadas se desfaz, de modo que se veem sociedades em constante processo de mudança e transformação por meio de ações civilizatórias, da transmissão de aspectos sociais e de demandas correlacionais da sociedade. A sociedade, então, pode ser entendida como uma pluralidade numerosa de pessoas que são interdependentes entre si e em relação às suas funções (COSTA; ENDO, 2014).

Há também que se ressaltar que Elias vê a sociedade como algo a ser moldado constantemente, ou seja, não está pronta e definida. “Consideradas como totalidades, [as estruturas sociais] são mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro” (ELIAS, 1994, p. 20). Com isso, o autor destaca que a estrutura social está sempre incompleta, o que implica em reconhecer-se como uma organização com diversidade de movimento em frequente transformação onde cada indivíduo que a compõe assume uma posição específica, possuindo uma atribuição delimitada.

Temos que atenção quanto ao que enfatiza Elias ao afirmar que certas práticas sociais e de conduta são impossíveis de se naturalizar, dessa forma, há a necessidade de entender que a convivência em sociedade tem sua origem no próprio comportamento das pessoas que nela estão inseridas, e se ligam fundamentalmente ao tempo histórico no qual estão.

Os costumes e modos de uma era não são direcionados segundo a vontade da pessoa, mas sim de acordo com aquilo que é preconizado por aqueles com quem se trata. Todavia, esse autor ressalta que é preciso ter moderação nesse comportamento, uma vez que a pessoa que bajula demais, acaba sendo vista como um adulator, uma pessoa que não tem vontades próprias, assim como quem não se preocupa com os desejos e vontades dos outros é visto como descortês e indelicado.

A vivência em sociedade, o fruto dos relacionamentos, na visão de Elias, precisa estar sustentado em uma posição onde cada pessoa age com bom senso, ou seja, pauta suas atitudes conforme seus anseios, mas seguindo padrões pré-estabelecidos e convencionados pelo meio onde vive, “são rastros de uma memória que transcende o indivíduo e nele se atualiza a história passada” (COSTA; ENDO, 2014, p. 06). Nesse aspecto, entende-se que o indivíduo surge no interior de um conjunto de conexões e vínculos que são anteriores ao seu próprio nascimento, e concomitante a isso também está inserido em um contexto funcional.

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. (...) E é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos "sociedade". Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos "estruturas sociais" (ELIAS, 1939/1994, p. 23).

Com isso, o processo civilizador é um processo de mudanças que ocorre a longo prazo em relação às condutas e sentimentos humanos, porém, Elias salienta que isso não é feito por pessoas isoladas, mas sim de modo coletivo, ocorrendo progressivamente por intermédio de práticas conscientes, racionais, deliberadas, ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2012).

O ser humano, então, se constitui singularmente como um ser provido de um aparato natural e biológico que torna possível a convivência social, ou seja, é o único ser que tem a capacidade de interagir com outras pessoas, que é aprendido com o decorrer dos anos por meio da correlação de dois aspectos: “um processo biológico de maturação e um processo social de aprendizagem” (ELIAS, 2009, p. 29). Isso evidencia o fato de que o homem é totalmente autônomo e livre para fazer as suas escolhas.

Ainda em relação a essas questões, Elias, enfatiza que, tanto na atualidade, quanto antes, não são apenas as pressões econômicas ou políticas que determinam as alterações de um grupo social. Seriam somente uma visão superficial, ou seja, uma forma de se chegar a um objetivo. Segundo Elias, aspectos relacionados à violência física e aos meios econômicos de consumo estão diretamente correlacionados, criando conflitos em determinados

elementos na dinâmica da sociedade, são questões que influenciam as mudanças.

Outra questão evidenciada por Elias em sua obra é a relação que se apresenta entre a sociologia e a história, conforme ele relata em suas memórias, dizendo que o seu interesse se concentra na “organização singular dos processos de longa duração e sua diferença em relação às leis na natureza física concebidas como espécie de módulo da história da humanidade” (ELIAS, 1994, p. 112).

Na visão de Elias, essas duas ciências devem ser coordenadas de uma forma que atinjam uma relação efetiva entre os estudos de cunho histórico, mas também sociológico. Elias concentra seus questionamentos na ideia de que os estudos sociológicos se debruçam nas figurações sociais, sem as pessoas, ao passo que na história há a preocupação demasiada pelas pessoas e indivíduos. Assim, para que seja possível transpor com as barreiras entre ambas, Elias enfatiza o estabelecimento de um conjunto de concepções sobre os aspectos sociológicos e também históricos.

Desse modo, o que se verifica é que as duas ciências, em conjunto, possibilitam que se tenha uma visão mais amplificada do todo, promovendo uma relação de interdependência podendo considerar os indivíduos e o grupo social como indissociáveis. Assim, a sociologia histórica teria como objeto de estudo o indivíduo social, que se constrói e se modifica a longo prazo (COSTA; MENEZES, 2013).

Nessa perspectiva, o que se verifica é que Elias propõe uma interpretação onde o grupo social e os indivíduos devem ser considerados como indissociáveis.¹²

¹² Fayard (1993, tradução nossa) em seu livro *Engagement et Distanciation: Contribution à la sociologie de la connaissance* afirma que Elias indica que sua sociologia configuracional é propícia à análise da interdependência entre estados e instituições, em comparação com outros tipos de sociologia que não permitem isso: “Os problemas de relacionamento entre Estados, por exemplo, não são considerados, a rigor, como sociológico. Classificados como “políticos”, estão incluídos entre os problemas de “relações internacionais” e, portanto, referia-se ao campo de pesquisa da ciência política. No contexto da sociologia das configurações, não podemos manter tais clivagens, podem formar configurações juntos. Dentro de um estado, agrupamentos regionais ou formações sociais podem ser ligadas umas às outras de várias maneiras por interdependências funcionais, por exemplo, classes na forma de conflito de classes, províncias na forma de um estado Federal. Mas os estados também juntos formam configurações.

Elias afirma que a interação de caráter socializante que ocorre entre as pessoas possibilita compreender o tempo já passado como um conjunto de correlações mútuas, de maneira que se possa interligar o presente ao passado e, assim, ter uma melhor compreensão de si próprio. Nesse contexto, a pesquisa de processos de longa duração permite que se veja neles figurações sociais, de modo que se possa reproduzir a identidade última de todos os indivíduos (COSTA; MENEZES, 2013).

Assim sendo, pode-se dizer que o processo civilizatório não pode ser entendido apenas a partir de uma racionalidade, seja ela completa ou parcial, é algo em constante dinâmica de transformação, sendo influenciada constantemente pela convivência em grupo.

Nesse sentido, essa rede social tem se tornado tão complexa e extensa que tem exigido um esforço a mais no sentido de se comportar corretamente dentro dela, que, além de exigir um autocontrole a mais, também reiterou as relações e instituições sociais. Essa configuração tinha o intuito de evitar excessos de conduta que seriam admissíveis em sociedade por meio de uma barreira de inseguranças e pavores profundamente arraigados porque trabalhava por meio das práticas frequentes, que, indiretamente, provocavam conflitos na sociedade. As práticas sociais sofriam mudanças sendo alteradas pela violência, encarceramentos, crimes ou aspectos religiosos como o pecado.

Todos esses aspectos evidenciados sobre o processo civilizador de Norbert Elias permitiram adentrar um mundo complexo, que necessita ser lido e relido com detalhes, tendo em vista que o autor é fruto da sua época e fortemente influenciado pelas concepções e costumes que lá existiam. Logo, pode-se afirmar que as questões sociais abordadas por ele estão diretamente relacionadas ao indivíduo e ao meio onde ele vive, bem como seus limites, suas crenças e vivências (COSTA; MENEZES, 2013).

Ao mesmo tempo que o processo civilizador possibilita o estreitamento das relações sociais, também potencializa o grau de interdependência entre os sujeitos, que podem ser motivo para o seu distanciamento. Assim, o processo civilizador possibilita aos indivíduos o estabelecimento de novas relações, de modo a se compreender melhor como as mudanças na sociedade acontecem no tempo histórico, percebendo que transformações e comportamentos, costumes e hábitos criações próprias dos seres humanos.

3.1 PROCESSO CIVILIZADOR NA ESCOLA: A EDUCAÇÃO INFANTIL NA VISÃO DE NORBERT ELIAS

A partir das concepções elaboradas e defendidas por Elias em suas obras “A sociedade de Corte” e “Processo Civilizador”, pode-se evidenciar grandes contribuições desse autor para a Educação Infantil, pelo modo como abordou os aspectos relacionados ao desenvolvimento das condutas e costumes ao longo das conceitualizações presentes nos seus estudos sobre o processo civilizador, pois, organização dos grupos sociais e a constituição do processo civilizatório podem ser compreendidas a partir da infância e da educação inicial, pois, para Elias, todo fenômeno social é passível de investigação” (SARAT, 2012, p. 01). Nesse sentido, a educação infantil seria o cerne da construção e da transformação da sociedade ao longo dos anos, sendo o principal aporte para a constituição do processo civilizatório.

Mesmo que Elias não tenha se dedicado especificamente a estudar a infância em suas obras, mas sim em analisar a relação existente entre o indivíduo e a sociedade, o que se verifica é que, em algumas de suas obras, como as citadas anteriormente, ele traz evidências fundamentais para a área pedagógica, enfatizando a convivência pautada nas relação de controle e influências que existem entre adultos e os atores do desenvolvimento infantil a partir do momento em que reconstrói o percurso do processo civilizador na convivência entre pais e filhos nos países mais desenvolvidos industrialmente, servindo como uma espécie de estereótipo da coerção presente no processo de ensino (QUINTEIRO, 2019).

A respeito disso, Elias (2012, p. 471) ressalta o seguinte:

Em tempos passados e, frequentemente, até o presente, a relação entre pais e filhos tem sido claramente uma relação de dominação; uma relação entre algumas pessoas e outras que obedecem. Desse modo, esse tipo de relação também era objeto de prescrições normativas, e os implicados concebiam seus vínculos nesses termos. Como uma relação de dominação, caracterizada por uma distribuição das oportunidades de poder claramente desigual entre pais e filhos, as condutas exigidas dos implicados eram relativamente simples e claras. Aos pais, na realidade, correspondiam todas as decisões sobre as ações das crianças.

Isso significa dizer que a educação da criança, inicialmente, era algo exclusivo da família, dos pais, sendo caracterizada, principalmente, por uma relação de subordinação, onde os pais mandam e os filhos obedecem, sob um sentimento de dominação e medo. Esse tipo de relação, nesse momento da história da humanidade era vista como um padrão social a ser seguido.

Sob este viés, a educação infantil era marcada por um sentimento de submissão infantil, definindo, assim, o entendimento sobre o desenvolvimento infantil. Desse modo, a criança era educada apenas para obedecer sem retrucar qualquer tipo de ordem, não tinha a possibilidade de comunicar seus anseios.

Assim sendo, por meio das obras de Elias, pode-se ter uma maior compreensão sobre o alcance da Educação Infantil, por meio dos grupos sociais formados ao longo dos anos, sendo considerados “como parte de um processo de constituição de modos e comportamentos individuais e coletivos que podem ser aprendidos nas relações geracionais e intergeracionais” (SARAT, 2012, p. 01).

A educação infantil passa a ser vista como essencial para o processo de aprendizado e desenvolvimento das crianças, sendo vista como uma possibilidade delas se inserirem na sociedade. Nesse aspecto, a aprendizagem está presente nas relações que se estabelecem no convívio social e familiar ou por meio das instituições de ensino. Diante disso, pode-se entender que o processo civilizatório é construído por meio da convivência entre as pessoas.

Sobre isso, há que se ressaltar que a infância pode ser considerada uma das etapas mais importantes da vida humana, pois é quando a pessoa inicia o processo de sua constituição como indivíduo pensante e ativo na sociedade. Com isso, percebe-se que a visão de Elias abrange tais elementos em suas obras, ainda que de modo inconsciente, por meio de suas opções teórico-metodológicas ao longo de sua vida. Várias de suas obras apresentam informações relevantes sobre o desenvolvimento das sociedades e sobre a forma como o processo civilizador é formado no contexto em que se estrutura uma rede de relações interligadas.

Veiga (2012) ressalta que essas concepções de Elias acerca do processo civilizatório trouxeram uma nova visão acerca da infância e da educação infantil, e com a expansão do ensino infantil sobretudo em meados

do século XIX, pode ser considerada uma nova tendência a partir das novas demandas sociais, que se preocupavam mais em prepará-las para a vida adulta. A partir desse momento, verificou-se uma maior necessidade de divulgar os saberes elementares e de se padronizar as condutas, de modo a racionalizar os comportamentos. Assim, as instituições de ensino passaram a sistematizar mais os meios de controle e infantil que se davam além das instituições escolares.

Por meio dessa visão, percebe-se que Elias vê a instituição de ensino a partir de uma ótica que a considera um fundamental para as crianças, pois todo o grupo social precisa, em um curto espaço de tempo progredir no caminho de se sujeitar à coerção dos currículos que alguns julgavam indispensáveis ao seu pleno desenvolvimento.

Nesse sentido, a escola é vista como um local onde a infância se adequará a demanda de racionalização e domínio dos sentimentos e afetos como se fosse a forma legítima de convivência. Nesse caso, evidencia-se que a dinâmica de civilizar uma criança é algo bastante complexo e multifacetado sendo uma etapa onde ela absorve e capta muitas informações, tanto de ordem moral e ética, quanto de conteúdos pedagógicos, o que, por si só, já é demasiado complexo para o seu processo de desenvolvimento.

Diante desses aspectos, Elias afirma que “as crianças têm no espaço de alguns anos que atingir o nível avançado de vergonha e nojo que demorou séculos para se desenvolver” (ELIAS, 1994, p. 145). Assim, a infância pode ser entendida como o período de adequações à sociedade no decorrer das gerações, ou seja, elas passam a ter que aprender modos e comportamentos antigos, pois estes eram aceitos como natural no período de seus ancestrais, de modo que passem a controlar mais ou menos rigorosamente, para que possam conter seus impulsos e inclinações.

Levando em consideração que Elias teve sua infância vivida no continente europeu no início do século XX, percebe-se que sua visão de formação dos pequenos estava centrada naquilo que era preconizada pelos adultos como sendo o correto. “A educação e a socialização da criança do final do século XIX e início do século XX tem especificidades próprias, modos, comportamentos e padrões que circulam entre gerações distintas; no caso dos apontamentos de Elias, envolvendo adultos-maiores e crianças-menores”

(SARAT, 2012, p. 04). Nesse sentido, a discussão estaria centrada na estruturação de conhecimentos que passam de geração para geração.

Elias, então, tem contribuído sobremaneira ao entendimento de uma sociedade mais coletiva, relacionando a sua formação à educação das crianças, pois, segundo Leão (2007, p. 10):

No campo dos estudos educacionais, o trabalho de Norbert Elias abre caminhos para a compreensão da formação do indivíduo e suas implicações com as apropriações dos objetos da cultura, como os modos de ler e as relações com os livros. Também propicia a análise dos efeitos produzidos pelos bens simbólicos no espaço social e dos processos de interiorização dos constrangimentos que permitem o aprendizado da vida em grupo.

Nesse sentido, significa dizer que as concepções de Elias sobre o processo civilizatório estão diretamente relacionadas aos conceitos de individualização e socialização, ou seja, não existe uma regra geral para a civilização, no entanto, a educação que é dada enquanto o indivíduo é criança poderá definir o seu comportamento quando for adulto, de modo que essa pessoa passe a perceber que pertence a um grupo social, onde cada indivíduo tem sua função.

Diante disso, entende-se que há uma rede de interdependência ou de teias de relações, de modo a se defender que cada sujeito auxilia na construção da sociedade, assim como também depende de outros para viver em sociedade. Desse modo, Elias relata que uma criança pequena aprende por meio de exemplos dos adultos, tornando-se um adulto psicologicamente desenvolvido e um ser mais complexo a partir das vivências que passa a ter nesse grupo. Essa relação de dependência se inicia enquanto criança e se estende por toda a vida, afinal, cada indivíduo desempenha um papel na sociedade onde vive (PAGLIARIN; FÁVERO, 2017).

Essa relação de interdependência, conforme preconizado por Elias, ocorre em grande escala nas instituições de ensino, pois há uma relação de dependência entre alunos e professores, “compreendendo que a escola (e as turmas) constituem grupos sociais em que os diversos indivíduos precisam uns dos outros para se desenvolver nesse grupo [...]” (PAGLIARI; FÁVERO, 2017, p. 10). Ou seja, o aluno precisa do professor e o professor precisa do aluno, um

professor ajuda outro professor e a equipe gestora da escola auxilia os professores e vice-versa. Com isso, a comunidade escolar e todos os sujeitos envolvidos se relacionam continuamente, em uma relação de dependência constante uns dos outros.

Por ser um sujeito individual e ao mesmo tempo coletivo, o ser humano possui diferentes perspectivas de conceber o mundo, as quais se encontram enraizadas na forma como materializa as informações que recebe no espaço educacional. Assim, na visão de Elias, é importante compreender a pessoa em a partir do seu desenvolvimento escolar onde se configura como pertencente a uma organização social na qual tem domínio sobre seus aspectos afetivos a partir do processo civilizador, com isso, compreende-se que há um conjunto de saberes advindos de convivências passadas inseridas nas relações de convivências em sociedade. Assim, pode-se afirmar que a educação, a partir da infância, necessita ser observada e trabalhada em uma visão social, coletiva e individual (CHARTIER, 2002).

Perez e Przylepa (2020, p. 04) afirmam que:

O aluno é capaz de absorver e apresentar conhecimentos e comportamentos a partir de um processo racional que implica em mudanças para o próprio indivíduo, ante as regras de civilidade adotadas e praticadas por uma pedagogia de controle das emoções e dos comportamentos, constituídos por meio da relação entre a psicogênese e a sociogênese.

Ou seja, as práticas escolares têm a capacidade de contribuir para a formação e a construção do indivíduo enquanto ser individual e coletivo, tornando-o civilizado na cultura inerente à classe dominante. Dessa forma, é tarefa da instituição escolar transpor os referenciais de comportamentos sociais próprios de uma cultura centrada nos costumes europeus assimiladas pelos indivíduos como sendo o único comportamento possível. Para que isso ocorra é preciso que as instituições de ensino possibilitem aos sujeitos construir as suas próprias concepções que os possibilitem reconhecer os contrastes sociais e assim tenham a capacidade de reagir a essas determinações sociais (CHARTIER, 2002).

Elias diz que a escola é responsável por proporcionar saberes que conduzam o ser humano a tornar possíveis vivências reflexivas de caráter

subjetivo e social, de maneira a construir o seu equilíbrio diante das suas próprias noções e das que são estabelecidas pelas instituições de ensino. Logo, a escola pode ser definida como um ambiente primordialmente socializante de caráter civilizatório que atribui práticas sociais que são consideradas como aceitáveis do ponto de vista social e adequadas a constituição do indivíduo (PEREZ; PRZYLEPA, 2020).

O que se verifica nas obras de Elias é que elas contribuem para que se tenha uma nova visão do comportamento do ser humano por meio de um ensino pautado no antagonismo humano, suas ideias, angústias e conhecimentos próprios, para que possa compreender e agir na sociedade conforme seus próprios preceitos.

Assim sendo, o aluno se constrói e se reconstrói no processo dinâmico vivenciado pelos grupos sociais, como a escola, por exemplo. Por isso, o espaço escolar deve ser um local que permita ao aluno viver a sua realidade, compreendendo que faz parte de uma sociedade e que esta é importante para o seu crescimento e sua formação enquanto um ser individual, bem como em sua relação com o outro e o grupo (ELIAS, 1994).

Sob este viés, Santos (2009) afirma que são nos primeiros anos de vida que a criança tem os primeiros contatos civilizatórios, chamado de socialização primária, sendo que, nos anos seguintes, esse processo tem continuidade na escola, que conduz uma socialização secundária. Essa socialização primária, então, seria a inserção da criança no universo dos padrões básicos de comportamentos e convívio social; já a secundária seria a continuidade desse processo civilizatório, integrando a criança em um universo de ideias, leis, normas e distinção de posturas entre o público e o privado.

Com o passar dos anos, a escola tem se modificado, assumindo funções econômicas e ideológicas, tornando-se um lugar de educação pública, encarregada da reprodução da cultura letrada, dos valores sociopolíticos e da qualificação para o trabalho (CARVALHO, 2004).

Antes de ser considerada uma etapa fundamental do processo educacional, a educação infantil era vista como não essencial sendo excluída das decisões de organização política e a sua inclusão na sociedade somente ocorreria a partir do momento em que ela se tornasse adulta. “Tal concepção fundamenta-se no olhar *adultocentrico* que compreende a infância a partir das

características adultas, assim julgando a criança como um ser incompleto, incapaz e incompetente” (DIAS, 2013, p. 05).

Para Elias, a criança, enquanto está em processo de desenvolvimento de seu aprendizado, deve também ser estimulada a desenvolver a sua autonomia, por meio da criação de novos conceitos sociais para que não se restrinja o seu conhecimento a conceitos pré-estabelecidos.

A concepção elisiana, segundo Dias (2013), afirma que a infância seria compreendida como um objeto de socialização das gerações adultas, reforçando o pensamento tendencioso de se considerar a sociedade como uma instância superior e oposta aos indivíduos. Com isso, o que se percebe é uma abordagem de grupos humanos, sobretudo a família e as escolas, como se fossem estruturas distantes, fixas, supranaturais em relação às pessoas, de modo a destituir essas estruturas do caráter humano.

Diante disso, o que se evidencia é que Elias se contrapõe a essa visão egocêntrica de sociedade, como se o sujeito fosse um ser passivo, interiorizando somente crenças e valores transmitidos pelas estruturas. Assim, o que Elias propõe é que a educação infantil seja pautada em uma nova dinâmica social, sendo considerada como uma totalidade inacabada, como um produto das relações dialéticas estabelecidas entre os indivíduos e entre eles e as estruturas, de modo que cada pessoa esteja inserida em uma rede de interdependência a partir das funções que desempenha na sociedade.

4 A ESCOLA COMO LUGAR DE DESENVOLVIMENTO DA CIVILIDADE

O conceito de "civilização" refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes (...). Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma "civilizada" ou incivilizada" (...). Mas se examinamos a que realmente constitui a função geral do conceito de civilização (...) partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo (ELIAS, 1994, p. 23).

Infância e educação não são temas centrais nos estudos realizados por Elias, no entanto, há a possibilidade de abordar esses conceitos a partir dos estudos que o autor realiza sobre o dinâmica civilizador e sobre as transformações presentes na constituição das regras e preceitos que estruturam a coletividade, dessa forma, é possível tecer uma reflexão sobre as correspondências e semelhanças possíveis presentes na correlação entre os conceitos e suas características. podemos afirmar que Elias constitui o dinâmica civilizador como uma movimento de pensamento ininterrupto e incompleto onde, a partir disso, podemos compreender a infância como um elemento fundamental na formulação de um referencial das indivíduos e suas vínculos e dependências no convívio social. Podemos compreender essa questão a partir do que escreve Olivier Maurel em seus artigo *Relations parents-enfants: Au-delà de Freud... et de Norbert Elias* (tradução nossa) onde afirma que podemos compreender que a infância e os elementos característicos do ensino desempenham uma função primordial na constituição de vínculos e dependências da coletividade baseadas na civilidade, percebemos que a opinião do autor encontra fundamento no que diz Elias (1994b, p. 145) quando afirma que “a existência delas precisa ser abruptamente vinculada ao domínio severo e caracterização própria que possibilitam à nossa coletividade suas características que se constituíram ao longo dos séculos”.

O processo civilizador presente na obra de Norbert Elias caracteriza uma transição na forma de agir e nas sensações e emoções humanas em um caminho específico, o que resulta em transformações da forma de se comportar dos indivíduos em coletividade como também das interações de interdependência e as figurações da coletividade no desdobramento histórico lento e gradual. O domínio das sensações e sensações e emoções e o controle dos impulsos figuram no novo rol de práticas e comportamentos que passam a ser considerados como sendo um referencial de civilidade para nortear a vivência em sociedade.

Desse modo, juntamente com Francois de Singly em seu artigo *Élias Et Le Romantisme Éducatif Sur Les Tensions Dans L'éducation Contemporaine* (tradução nossa) podemos considerar que o processo civilizador direcionado ao comportamento das crianças ocorre na formação de uma civilização própria dos adultos, sendo que essas correlações e dependências recíprocas se direcionam para uma identificação de um possível comportamento autônomo das crianças.¹³ No entendimento de Elias podemos salientar a baixa capacidade dos adultos quanto à educação voltada à coexistência social, como também o pouco conhecimento quanto a forma de lidar com os comportamentos próprios da infância frente às transformações da atualidade, sobretudo em correlação ao convívio entre crianças e adultos, disso podemos afirmar, que tal percepção se apresenta como uma visão nova e atual. podemos entender essa caracterização do ponto de vista de uma exigência própria das crianças em tomar decisões e dispor de autonomia no âmbito da sua própria vida, aspecto este que de diversas formas se diferencia da forma com que adultos organizam sua vida em coletividade. perceber a forma como as crianças vivem se relaciona com a compreensão de uma vida autônoma própria. dessa forma, podemos falar em uma necessidade de reconhecer que as crianças se constituem muito além de uma caracterização como adultos em miniatura, mas gradualmente se constituem como adultos ao longo do dinâmica civilizador da coletividade que sofre transformações conforme o estágio de

¹³ Em complemento a esta discussão podemos citar o texto de Eric Lybeck denominado *Norbert Elias and the Sociology of Education* (tradução nossa), para quem tal percepção apresenta uma diferença quanto a outros períodos históricos, onde a convivência entre crianças e adultos se constituía por meio de relações controle, obediência e comportamentos subalternos.

aperfeiçoamento dos referenciais de coletividade e civilização. a compreensão mais arraigada sobre os interesses próprios das crianças está relacionada ao reconhecimento do seu direito de ser compreendida a partir de suas características próprias. (ELIAS, 1998, p. 409)

Tendo como ponto de partida o imperativo de um entendimento inovador sobre a correlação entre crianças e adultos Elias nos leva a atentar para as vertiginosas transformações que ocorreram na coexistência familiar, principalmente na correlação entre pais e filhos que se sucederam principalmente no decorrer do século XX, levando em conta que os pais sempre almejam descobrir os seus filhos numa correlação de interdependência. Indo além deste argumento, podemos citar o texto de Lucena (2017) em seu artigo *Elias' Bodies: the conception of body and education from three works of Norbert Elias* (tradução nossa):

[...] apesar do grande avanço das ciências, os aprendizados a respeito da infância ainda são adquiridos de modo fragmentado nos campos das ciências biológicas e no campo das ciências da coletividade. portanto, ainda há muito a conhecer sobre as crianças.

Elias afirma a existência da pouca capacidade dos adultos no exigente objetivo de ensinar regras de coexistência social as crianças em grupos da coletividade com elementos rigorosos que exigem demasiado controle e antecipação de comportamentos. com isso, compreendemos que para Elias, os aprendizados realizados quanto à forma de considerar a infância são limitados para compreendermos as transformações da atualidade na coexistência social crianças e adultos.

Elias afirma que, como correlação de controle marcada por uma disposição das possibilidades de coexistência entre pais e filhos, marcadamente desproporcional, as posturas que possuíam caráter de obrigatoriedade eram comparativamente possuidoras de simplicidade e possibilidade de compreensão. (Elias, 1998, p. 412). ou seja, como parte das regras da coletividade, a postura de estabelecer ações de forma enfática dos pais, e tendo por consequência a atitude de obediência dos filhos, estabeleceu por muito tempo uma forma considerada correta de agir. A partir do final do século XIX podemos destacar as transformações no que era considerada

autoridade ilimitada dos pais, sendo que, a partir do XX, podemos perceber uma maior participação dos filhos nas escolhas e deliberações que ocorriam no seio familiar.

Levando em consideração o desdobramento da dinâmica histórica das transformações na coexistência social entre crianças e adultos, Elias utiliza como referencial de estudo o processo de civilização. Encontramos um bom exemplo deste referencial no texto *The social habitus of Early Years Education: Processes of learning and unlearning* (2019) (tradução nossa) onde o autor afirma que tais transformações se incluem nas condições que vem aumentando o controle dos indivíduos, controle este, exigido no desenvolvimento da constituição da civilização e seus aspectos. tendo como referência a coexistência social dos indivíduos no decorrer dos períodos e acontecimentos históricos no círculo das práticas que se desenrolam no ambiente de práticas e hábitos cotidianos relacionados à atos de violência e coerção como forma de vínculo, interação e solução das disputas presentes nos vínculos e dependências humanas, o desenvolvimento dos aspectos que marcam a civilização podem ser evidenciados na atenuação dos casos de mortes precoces de crianças e por conseguinte na devida punição, com isso aumentaram as externalizações de afeto e emoções, além da naturalidade nas posturas, além disso também, em uma maior organização dos ambientes de coexistência, onde pais e filhos possuem seu espaço próprio e compartimentado, vemos também um aumento nas sensações e emoções de constrangimento e mal estar próprios do pudor exacerbado.¹⁴ Elias afirma que a coexistência entre as pessoas dentro das organizações da coletividade social é marcada pela industrialização e avanço das cidades, levando em consideração a conjuntura marcada pelo aumento da dependência mútua das pessoas, sendo que isso exige um aperfeiçoamento das crianças para desempenharem o comportamento característico dos adultos, o que resulta no aumento do fenômeno da repressão das emoções e sentimentos. Esta dinâmica educacional se desenrola na interrelação entre uma realidade onde

¹⁴ No artigo *Foreword to the Thematic Section Norbert Elias and Education* (tradução nossa), Sarat e Sobrinho nos ajudam a compreender esta questão afirmando que o processo de civilizar os agentes infantis ocorre por meio de um ensino que os conduza no caminho do auto controle. Constitui uma dinâmica progressiva civilizacional subjetiva tendo em vista a constituição das sociedades industriais e os níveis de interdependência entre seus componentes.

existe um aparato orgânico e fisiológico que torna possível o controle, e o movimento da coletividade na qual está inserida, pois os referenciais de controle são edificados nos vínculos e dependências entre os indivíduos. a dinâmica de transição civilizadora que ocorre com cada indivíduo torna-se enigmática confusa e enigmática devido às condições da sociedade marcada pela industrialização.

Podemos destacar a análise que Elias (1998) utiliza como marco para abordar tal situação complexa, que é a aproximação/distanciamento entre as brincadeiras e jogos infantis e os aspectos comportamentais da vida adulta. quanto menos complexo um grupo social, mais perto esses aspectos estão um do outro, dessa maneira, nos grupos sociais das cidades industrializadas surgiu a demanda para criar um ambiente com expertise para educar e compor criança para o contexto de convivência presente na vida adulta e no meio escolar. dessa forma, há diversos outros ambientes que agem modificando a constituição da civilização das crianças. Elias enfatiza, que a existência do ensino dos métodos de leitura e da matemática por si só já estabelecem uma grande ação de controle e domínio dos sentimentos, emoções e afetividades. esses elementos em sua forma mais característica perfazem vários anos do desenvolvimento inicial das crianças, sendo que para tal que tal situação seja efetivada a criança precisa estar em um ambiente fora da convivência familiar, sendo o mais utilizado, o ambiente escolar. Elias afirma que isso é sintomático, sendo uma transformação da função primordial dos pais em relação aos seus filhos (ELIAS, 1998).

4.1 ESCOLA E CIVILIZAÇÃO: DESDOBRAMENTOS A PARTIR DE UMA PEDAGOGIA DISCIPLINADORA

A dinâmica civilizadora, com o passar do tempo, foi se direcionando para a racionalização das emoções e afetos resultando no controle desses elementos psicológicos. Dessa forma, desenvolver a civilidade das crianças está relacionado a um maior domínio e educação dos seus impulsos e sentimentos. Para Jonathan Fletcher em seu livro *Violence and Civilization: An Introduction to the Work of Norbert Elias* (tradução nossa), este domínio de impulsos se estabeleceu a medida que as cidades cada vez mais industrializadas se consolidavam estando relacionado também ao aumento dos vínculos e dependências próprios dos grupos sociais. Quanto mais confusa e enigmática uma coletividade mais exigem-se atitudes reguladas pelo controle interno das pulsões. Com isso, consideramos que a partir da obra de Elias podemos afirmar a correlação entre uma dinâmica civilizadora e o estabelecimento do moderno entendimento da criança e da infância, visto que no ambiente da modernidade se faz presente o cuidado e consideração em relação às crianças, sendo que é possível aliar a esta visão a opinião de Veiga em seu texto *A escolarização como projeto de civilização* (2002) onde afirma que nem todas as coisas deveriam ser permitidas às crianças, cabendo aos infantes apreender as normas, preceitos e estabelecimento de limites, além de reconhecer a importância do ato de obedecer.

Elias aborda essa temática de uma forma interessante para que tal complexidade seja avaliada, através da aproximação/distanciamento entre a atividade adulta e o jogo infantil. Quanto mais simples uma sociedade é, mais próximas essas atividades estão entre si; na sociedade urbano-industrial, tornou-se essencial estabelecer um lugar específico para preparar as crianças para a idade adulta, a escola. Além disso, outros lugares também contribuem na civilização das crianças. Elias diz que o processo de aprendizagem da escrita, leitura e aritmética requer uma grande quantidade de controle do desejo e afetos e, em sua versão mais básica, exige no mínimo 2 ou 3 anos na infância, geralmente requerendo sua participação em meio período em uma instituição que não faz parte da família, a típica escola. O problema que se enfrenta é resultado de uma deficiência parcial dos pais (ELIAS, 1998, p. 436).

O curso do processo civilizador foi deslocado para a economia do desejo e, conseqüentemente, para o controle. Portanto, o desenvolvimento das crianças é pautado na educação de seus desejos. Para Jonathan Fletcher em seu livro *Violence and Civilization: An Introduction to the Work of Norbert Elias* (tradução nossa),) esclarece que com o desenvolvimento tanto urbano como industrial, além das interdependências crescentes, se faz cada vez mais presente o controle de pulsões. Quanto mais complexa a sociedade se torna, mais ações são guiadas pela auto coerção. Portanto, é analisado, por meio do estudo da obra de Elias, a possibilidade de destacar a conexão entre o processo de civilização e a gênese do nosso conceito moderno de infância. Até porque, no mundo contemporâneo os adultos têm se preocupado ainda mais com as crianças. É possível acrescentar a esta revisão as opiniões expressas por Veiga (2002) em seu texto cujo intitulado *A escolarização como projeto de civilização*, segundo o qual não se deve permitir de tudo. Era responsabilidade delas estar ciente das regras, limitações, prescrições, imposições, interdições e, o mais importante, o reconhecimento da importância de se obedecer.

Na modernidade, percebia-se a criança pelo que lhe era ausente, por suas carências que acabariam por ser resolvidas pelo processo de maturação etária e também pela educação.

Assim, a criança era vista como uma pessoa que, tendo em vista à sua vulnerabilidade fisiológica, da moralidade e em relação a convivência em sociedade, deve ser controlada e educada, sendo este um padrão para viver em sociedade. Nesse contexto é que surge a necessidade de lhe dar, por um lado, o freio, e por outro, a liberdade, de forma que o equilíbrio possa permear sua vida adulta (VEIGA, 2002, p. 54).

Nesse contexto, os primeiros tratados modernos formulados por intelectuais renascentistas focaram na criação de um quadro para regular a convivência e aspectos comportamentais, delineado nos itinerários voltados a fomentar a civilidade que direcionam os atos e escolhas no seio familiar e nas ações educativas, além da forma como as crianças conviverem em sociedade e interagirem com o mundo que as cerca.

Pisani em seu artigo *Boas maneiras para Crianças e Jovens: O Controle dos Corpos na Civilidade Erasmiana no Século XVI* (2017) afirma que

Erasmus¹⁵ conseguiu realizar um trabalho inovador que, segundo Elias, é a universalização refinada dos códigos de conduta ocidentais os quais preconizavam a educação infantil dividida em várias seções, a mais significativa é que a mansidão do espírito colabora para o surgimento de sentimentos como benevolência e a compaixão, além disso, a segunda parte diz respeito a permitir que o infante tenha acesso ao ensino artístico e se aprofunde nesses estudos com afinco. Por último seria fundamental que a criança começasse a aprender as responsabilidades da vida e, a última, é que ele se acostuma, desde jovem, às diretrizes de boa conduta. Este é o último que eu decidi usar como assunto; outros se concentraram nos três primeiros, e eu me referi a eles inúmeras vezes. Embora a educação seja inerente a todas as mentes bem formadas sem regras rígidas, pessoas honradas e educadas ainda cometem erros, o que é uma pena. É verdade que a civilidade constitui o aspecto menos opulento da filosofia, mas é o julgamento de todos os mortais e eles são suficientes para criar harmonia e impor qualidades mais importantes. Portanto, é apropriado que um indivíduo esteja atento à sua aparência, à como se veste, bem como ao seu intelecto. Modéstia é o que se espera das crianças, e especialmente das crianças nobres, sendo nobres todos os que conseguem cultivar o espírito à luz da prática das belas-letas.

No intento de criar um manual para ensinar modos a crianças e jovens, surge o tratado de Erasmo, o qual realmente estabeleceu a polidez como um objetivo preeminente de instrução voltado para a puerilidade. De acordo com Valdemarin, que em 2010 escreveu o livro *História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso*, esta etapa é considerada uma idade perfeita onde ocorreria o amadurecimento da criança para o adulto, além da modificação do seio familiar para a realidade da sociedade; da infância para a idade adulta. A autora conclui:

¹⁵ Eduardo e Verástegui em seu texto *Reflexões sobre Civilidade e Infância no Século XV* (2018) afirmam que no prefácio do livro *A civilidade pueril* escrito por Erasmo no ano de 1530, Ariès sinaliza que o pensamento deste autor do século XVI estava à frente de seu tempo. Neste sentido Erasmo antecede a São João-Batista de La Salle, o autor mais conhecido que no século XVII que escreve sobre civilidade. E sua obra sobre “As regras da compostura e da civilidade cristã”. Bonneau não contraria, e, na abertura do livro faz comentários, atribui a Erasmo uma sensibilidade particular que devia ser então considerada excessiva, a qual o tornou competente para sistematizar regras que tratassem sobre o comportamento de pessoas em sociedade.

De certa forma, o processo de aprender a ser civilizado, em si, era uma introdução às boas maneiras e também era um pré-requisito para a introdução de valores e conhecimentos que - se fossem de origem nobre - na perspectiva da época - eram considerados generosos (VALDEMARIN, 2010, p. 183)

Foi, portanto, uma experiência que fez parte do avanço de outras disciplinas voltadas para a criança educada, protegidas da imoralidade e da grosseria. Como Kuhlmann Jr (2000, p. 14) elucida:

[...] confirma-se que, por um período de tempo, a criança não foi problematizada pela educação, ainda que fosse seu sujeito principal de interesse. Além disso, alerta para a importância da educação nas escolas para ajudar a conformar as crianças e distingui-la das de outras gerações.

No sentido de que existe mais compreensão do crescimento próprio do desenvolvimento fisiológico e de aspectos da psique das crianças e mecanismos legais mais sofisticados de organização da sociedade, houve um aumento na função de dependência das crianças em correlação com os adultos, bem como sua dependência social em relação ao Estado e também à instituições diversas, a exemplo da escola (KUHLMANN JR, 2000, p. 16).

A escola foi apresentada como um lugar inovador para a socialização da criança, e um vislumbre da estrutura de coletividade que ela encontraria no futuro.¹⁶ Foi discutido sobre quais os mais adequados materiais e métodos didáticos a serem empregados em prol das necessidades das crianças, o que gradualmente acabaram por se adaptar à evolução pedagógica da época. Os primeiros prédios escolares foram construídos no contexto de fundações médicas e higienistas, projetados para proporcionar ambientes seguros para as crianças aprenderem. O surgimento de "grupos escolares", acompanhados da criação de creches e escolas, além de definir a expansão da educação, representavam o mundo imaginado de um país que cultivava a crença na modernidade ao fim do século XIX. Segundo Kuhlmann Jr (2000, p. 25), acentuava-se o esforço praticado pela escola pelo seu padrão homogeneizador

¹⁶ A organização pode ser explicada referindo-se ao artigo *A Infância no Processo Civilizador*, Silva (2005) no qual o autor afirma que no período inicial do século XVIII, as ações de escolarização em terras brasileiras foi definida pela falta de classificação entre crianças e jovens, e apenas por meio do uso da ciência nas escolas, particularmente através da psicologia, que foi possível desenvolver métodos para fazer as crianças se sentirem diferentes.

de comportamentos e costumes, empregados como estratégia em se obter uma geração distinta pela universalização da infância.

A conscientização a respeito das diversas camadas etárias e gerações foi seguida pelo aumento dos estudos referentes às crianças e também a infância, tomando estas como escopo das pesquisas. A crescente importância de uma temporalidade própria do ser criança como mote da socialização foi possível devido à forma como definiram suas características distintas em relação à dos adultos. É por isso que Santos (2009, p. 125), em seu texto denominado de A importância da família e das escolas no atual processo de socialização primária uma análise das implicações sociológicas sobre as representações e expectativas institucionais, esclarece que:

[...] O que foi criado como resultado de um problema descoberto a partir do século XIX não estava ligado aos tipos de regulação do comportamento dentro da cadeia geracional, no entanto, era a necessidade de criar mecanismos regulatórios da sociabilidade intergeracional das crianças.

Foi assim que a infância civilizada se consolidou no contexto da mudança de papéis que as sociedades adultas desempenhavam, da racionalização das posturas e da criação de expectativas em relação ao papel do adulto futuro. Através da percepção da criança e atribuindo-lhe uma identidade própria, uma variedade de questões relacionadas ao conceito de infância surge, particularmente em relação à educação institucionalizada.

Durante os séculos XVIII e XIX, no Brasil as elites intelectuais e políticas abraçaram a noção de modernidade que estava em uso em toda a Europa, e apostaram na fusão do progresso e da civilização. Neste período, o objetivo dos que eram elites brasileiras não era especificamente a de fazer com que o Brasil fosse uma nação civilizada.¹⁷

Dessa forma, era papel fundamental da educação pública permitir (em tese) que o Império estivesse lado a lado das nações civilizadas.

Os políticos, intelectuais e líderes foram os que representaram a escola, assim, como uma instituição que seria capaz de superar a era

¹⁷ Romanelli em seu trabalho intitulado *História da Educação no Brasil* (2012) pode nos ajudar a compreender esse contexto histórico. Diz que nas discussões de políticos e intelectuais, o conceito de civilização é visto como mais um meio das elites de criarem sua própria imagem, pois as dúvidas permaneciam entre elas em relação ao que eram as "condições de possibilidade" do povo brasileiro civilizar-se.

colonial sombria, ensinando "todas as classes" e espalhando a luz da instrução através da educação pública. No contexto desta ideia, a importância da razão foi priorizada e vislumbrou o triunfo sobre o flagelo da "desordem" social e da "barbárie". A falta de civilização era refletida pela ignorância e brutalidade da população (KUHLMANN JR, 2000, p. 32).

Desde o século XVI, produz-se e difundem-se diversos aspectos do processo educativo na infância. Essas ideias se estenderam ao longo dos séculos, e se tornaram mais intensas no decorrer do século XVIII, também, em decorrência da pena do Iluminismo Europeu. No século XIX, por exemplo, inicia-se o processo de divulgação do ensino e de institucionalização das escolas de primeiras letras. Neste ponto, vários países tentaram criar e estabelecer redes educacionais voltadas para a instrução e educação das crianças, além de investir na ampliação do acesso escolar. (SANTOS, 2009, p. 129)

A concepção contemporânea da infância é a ideia de segregação do mundo adulto e da institucionalização das crianças que se baseava em procedimentos disciplinares. É possível compreender melhor esse assunto lendo o texto A Infância no processo civilizador.

À medida que os padrões de civilidade da sociedade se desenvolveram, houve uma centralidade na socialização das crianças. Foi fundamental, em primeiro lugar, criar as condições necessárias para que as gerações jovens pudessem parar com os comportamentos indesejados, que se caracterizam por fantasias afetivas e impulsos emocionais, acabando por desenvolverem um auto comedimento (SILVA, 2005, p. 35).

A atenção dada à criança e a ansiedade em relação à sua futura educação acabaram levando à separação entre crianças e adultos, definindo esses dois períodos como distintas fases da vida.

Nesse sentido, aprendi que entre os desenvolvimentos mais significativos do século XIX estão a pedagogia nas relações sociais sendo substituída pela socialização realizada nas escolas, e cujo objetivo era criar um comportamento de autocontrole e incutir nas pessoas o "espírito de previsão", propagando os conceitos básicos da consolidação do governo e da civilização. Assim, os planos de universalização da educação básica foram fundados na necessidade de disseminação de normas de conduta e desenvolvimento do

autocontrole, permitindo desta forma que as gerações mais jovens possam participar das estruturas sociais predominantes nas sociedades do ocidente.¹⁸

Tanto na Europa como também na América (incluindo o Brasil) do século XIX, o estabelecimento de redes de ensino, bem como sua expansão para diversos grupos sociais, foi um elemento significativo nas estratégias desenvolvidas pelos governos para facilitar a integração social e enfrentar o problema que era a "igualdade perante a lei". Outra forma de olhar para isso é que a homogeneização empurrada pelas escolas levou a uma condição nova na fase da infância, ou seja, a criança escolarizada. É possível analisar esse conceito a partir do texto de Almeida (2014), cujo título é: O legado da educação do século XIX, em que o autor afirma:

Através da consolidação da escola como referência à educação, a visão da criança e seus primeiros anos estava correlacionado com status de aluno, ou seja, o sistema de educação ao qual a sociedade e a nova geração foram submetidas foi formulada de uma forma que não conseguimos nos permitir considerar a infância sem relacioná-la com a escola.

Ao pensar sobre as complexidades do Brasil na questão da educação durante o século XIX e no estado da criança modernizada, concordo com a visão de Sarmiento (2005, p. 363) de que essa geração não ignora ou desfaz as consequências do sexo, classe e de raça quando se trata da definição de status social, incorporada com pertencimentos distintos para formar uma relação construída em cada especificidade, com esses efeitos sendo ativados ou desativados parcialmente.¹⁹

Dessa forma, a infância não pode ser entendida como sendo um conceito indefinido e universal. Essa etapa da vida precisa ser vista como sendo de caráter múltiplo, no qual existem várias infâncias categorizadas a partir do sexo, etnia, idade e identificação de classe social. Por isso, é importante

¹⁸ Essa discussão pode ser complementada examinando o que Veiga diz em seu trabalho *Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação* (2005), visto que, no século XIX, portanto, a escola e a família foram importantes fontes de condicionamento do comportamento das crianças. Uma atenção especial foi dada a elas por estudiosos, legisladores e políticos que estavam engajados em introduzir modelos de educação baseados na escola, fazer leis e estabelecer as habilidades a serem transmitidas às crianças.

¹⁹ Xavier e Sarat em seu artigo *Infância, literatura e o processo civilizador da escola* (2014), enfatizam ser fundamental ter em mente que a infância foi construída historicamente através de uma era civilizatória que deu uma identidade social.

considerar que durante o século XIX as sociedades brasileiras foram altamente divididas e moldadas por grupos hierarquicamente constituídos.²⁰

As crianças devem se tornar, através das ações de sua escola, agentes civilizadores dentro de suas esferas de convivência. Assim, o conhecimento fundamental da escrita, da leitura, da aritmética e do catecismo, que se baseavam na transferência de princípios morais foram considerados essenciais para garantir a educação moral das crianças e de suas famílias.

4.2 A PEDAGOGIA CIVILIZADORA

A primeira Escola Normal brasileira foi criada em Niterói, Rio de Janeiro, no ano de 1835. O estabelecimento criado tinha o objetivo de formar professores para atuarem no magistério de ensino primário e era oferecido em estabelecimento públicos de nível secundário (hoje Ensino Médio), porém, a falta de interesse pelo exercício do Magistério o que foi atribuído a diversos fatores, tais como: salário baixo ou insuficiente, estrutura social de qualificações inadequadas e o caráter essencialmente agrário da sociedade. Portanto, apesar de a Escola Normal ter sido criada legalmente, seu estabelecimento não foi tão rápido e tampouco sua abrangência.

Em 1930, a Reforma Educacional resultou na reestruturação da educação normal e fundamental. Com isso, as questões pedagógicas foram tomadas pela ideia da Nova Escola, passando a serem focadas de forma insistente, tornando a Escola normal uma referência reguladora para que as necessidades de formação de novos professores fossem atendidas (ROMANELLI, 2014, p. 21).

Com base na nova mentalidade, cabia a escola o dever de difundir a civilidade, levando a criança a percorrer os caminhos do dever e da sabedoria.

²⁰ Veiga, através do texto intitulado A civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX): questões teórico-conceituais (2009) colabora na complementação dessa discussão confirmando que não há que se falar em infância “genérica” no tocante ao processo de escolarização nos oitocentos, nem tampouco não levar em consideração que as distintas infâncias estavam na mira de diferenciadas políticas.

Destaca-se neste contexto as obrigações assumidas pelos integrantes desta trama, na qual, em uma esfera estava a criança - indivíduo inacabado e com sede de saber – e do outro o professor, com a obrigação de superar a ignorância.

Nesse cenário, cada pessoa tem um papel e está sujeita às pressões de coerção que se baseiam nessa interdependência. Nas palavras de Elias (1994, p. 201):

(...) a crescente divisão de funções e, quanto mais espaços sociais a rede se expande, se integrando em unidades institucionais ou funcionais, mais ameaçada está a vida social da pessoa que manifesta suas emoções e impulsos de forma espontânea, bem como o benefício social daqueles que podem controlar suas emoções; de forma mais eficaz cada pessoa é controlada desde cedo para considerar o impacto de suas ações, bem como o de outros indivíduos em todo o conjunto de elos na cadeia social.

Nesse contexto e levando em consideração as palavras de Souza e Oliveira que escreveram *A Infância, o brincar e o jogar: reflexões a partir do referencial teórico de Norbert Elias* (2018) conforme o processo civilizador que se desenvolve, a educação na infância deve ser baseada no desenvolvimento dos sentidos da criança, preparando-a para a educação básica que envolva o estímulo de ações e também de reproduções servis, superando assim os inúteis trejeitos e tiques automatizados, além do crescimento gradual de habilidades que se baseiam em atividades que envolvem objetos e criaturas que eram familiares às crianças e adequadas ao seu espírito. Essas ferramentas, portanto, se esforçam para facilitar o desenvolvimento de uma criança civilizada, considerando seus interesses, capacidades e sua capacidade de desenvolver e aprender.

Portanto, podemos concluir que as metas que fazem parte da Educação Infantil são voltadas ao fomento de um ensino atuante para a normatização que leva em conta o desenvolvimento da criança como ela é percebida a partir da ótica do adulto. No curso da evolução do processo civilizatório, fica evidente pelas teorias de Elias (1993, p. 196) que:

[...] O mais estável e complexo controle do comportamento tem sido progressivamente enraizado dentro da pessoa desde o início de sua vida, como uma forma de auto compulsão, de automatismo ao qual não se pode resistir, ainda que seja de sua vontade. A quantidade de

atitudes ficou tão extensa e complexa, o necessário esforço para ter um comportamento correto dentro dela se ganhou enormes proporções que resultaram em um sistema de regulação e controle, além da normatização consciente do indivíduo sem que haja deliberação ou reflexão prévia.

Como a Educação Infantil é considerada um elemento essencial no processo de preparação para a educação básica, a preocupação é com a aquisição de conteúdo relevante e a observação e orientação pedagógica do comportamento e das emoções da criança, sendo estas um reflexo das expectativas para o papel da civilização, destacando a importância da harmonia entre sensibilidade e razão através do desenvolvimento das emoções, buscando o estabelecimento de novas características para o homem e o meio social em que convive.

No desenvolvimento das formas de ensino infantil, conforme Ferreira e Sarat (2013) em seu texto *Civilizar a Infância: relações entre adultos e crianças no espaço pedagógico da educação infantil*, houve um forte apelo à criação de novas relações entre professores e alunos, começando pela criação de Escolas Normais e pela profissionalização dos professores do ponto de vista de que um mestre civilizado não utiliza do improviso. Nessa interdependência, é importante frisar, de acordo com Elias (1994b, p. 30) que:

Além de se constituir como um ser de aprendizado facilitado e flexível quando comparada aos adultos, a criança também necessita que o outro a adapte, que a sociedade a prepare para ser adulta fisicamente. Para as crianças, não é apenas o comportamento ou as ideias que elas constantemente veem moldadas e alteradas nas relações que têm com os outros e através delas; o mesmo se aplica aos seus instintos, do controle de seu comportamento pautado em impulsos...]

Para se tornarem humanos de psique madura, a correção é essencial para a criança, devendo ela estar em contato constante com seres mais poderosos e velhos. É possível dizer então que, com a introdução da escola contemporânea e com a "descoberta da infância", o processo cultural humano é confrontado com novas formas de aprendizagem que desencadeiam a criação de vários tipos de figurações ou configurações, nas quais os alunos são expostos a elementos de dependência mútua marcados pela novidade, expressando assim imagens de aspecto civilizado, de membros da sociedade autoconscientes que eram, em muitas circunstâncias, idealizados, no entanto,

não perceptível. É possível compreender essas relações através do texto de Kuhlmann Jr. chamado de *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica* (1998, p. 7)

o estabelecimento escolar foi projetado para recepcionar gradualmente os diferentes e trabalhar no desenvolvimento dos indivíduos novos, permitindo uma educação moral, racional, cívica, física e científica. Reorganizou as relações sociais, acompanhadas de modificações nos costumes e na estrutura psicológica do homem, resultando em nosso comportamento e nas emoções civilizadas da última parte do século XIX e início do século XX.

O desenvolvimento da Educação Infantil, aliada à estruturada implementação, se inseriu no contexto dos reformismos do ensino que introduziu uma filosofia educacional influenciada pela mentalidade escolar, além de um conjunto de ações que demonstravam o desejo de modernizar o ensino. A razão para isso foi a crença de que a Educação Infantil contribuiria para o desenvolvimento de uma nova sociedade que, segundo Áries em seu trabalho *História social da criança e da família* (1981), seria:

[...] é uma das melhorias mais significativas que, ao longo dos anos, sofreu melhorias, não estou falando apenas de educação, mas também da cultura da nossa nação. Nas áreas mais populosas em que, por essa razão, o crime é menos frequente, este é o método mais eficaz para suplantar esse problema.

Desta forma, a configuração dessa sociedade que desejava se tornar civilizada seria um reflexo do que era a estrutura e o caráter dos indivíduos que a compunham, bem como da forma como se comportavam.²¹ Portanto, o processo civilizatório faz parte do domínio do comportamento humano e das escolhas que veem os infantes como agentes de construção social, e no entanto, paralelamente como influenciados por essas construções, estabelecendo assim, uma dinâmica progressiva e constante do processo civilizatório, sempre com o aspecto inacabado, que visa ordenar o mundo. Nisso, os primeiros anos de educação desempenham um papel essencial em prol do desenvolvimento de uma sociedade mais civilizada.

²¹ No artigo de Xavier e Sarat, denominado *Infância, Literatura e Processo Civilizador da Escola* (2012) os autores auxiliam na conclusão desse tema, dizendo que o que Elias sugere é uma dinâmica civilizacional incluindo um aspecto social e individual, que se refere a uma compreensão do processo de introjeção de demandas, bem como pressões coletivas e sociais.

A esperança de criar uma sociedade civilizada ficou evidente durante a metade inicial do século XX, momento em que este foi denominado de "o século da criança", uma referência à noção de que as crianças devem ser o ponto central de todas as mudanças que regem o processo de ensino. A pedagogia que coloca a criança como figura central é uma forma de afirmar que é para a criança que todas as atenções e preocupações devem estar voltadas, mudando as formas de pensar e agir e, assim, transformando o comportamento, relações e posturas. Trata-se de um reflexo das ideias que surgiram no começo do século XX, bem como pelo entusiasmo pelo desenvolvimento decorrente da educação, começando pelo desenvolvimento das crianças.

Em relação a essas mudanças que ocorreram na pedagogia e na infância, Elias (1993, p. 169) destaca a importância desse aspecto.

[...] somente agora, no período chamado de "o século da criança" é que se constata que devido à crescente distância entre os indivíduos, as crianças não são capazes de ter o mesmo comportamento dos adultos, que de forma gradativa iriam entrando no círculo familiar, com instruções e conselhos pedagógicos apropriados.

Tendo por base essas reflexões, percebe-se as preocupações com a educação das crianças, bem como a perspectiva nova a respeito das práticas pedagógicas que igualmente passaram por alterações.

Os métodos de ensino e aprendizagem das escolas foram alterados, bem como também as práticas e a forma como se viam e tratavam as crianças na escola. Dentro deste cenário de mudanças é que escola, família e sociedade passaram a ser componentes significativos. Assim, é possível ir além com as afirmações de Freitas, feitas no texto intitulado *História social da infância no Brasil* (2003):

[...] Dentro de casa, a criança recebe sua introdução social, e é ensinada a interdependência das relações, bem como as normas de coesão social dentro do grupo do qual faz parte. Em seguida, é enviada para ser escolarizada, que é o reforço e validação das regras do seu grupo social, servindo também como um prolongamento da dinâmica de inclusão nos vínculos de coexistência e, por consequência, na criação e replicação de condutas inéditas que são interiorizadas. Através desse processo podemos ver a criação de grupos sociais, bem como os vínculos marcados pela relação mútua própria dos grupos sociais. [...].

Dentro deste arranjo conceitual pode-se enfatizar a natureza civilizatória da família e da escola, incorporadas a um ambiente que está se movendo em uma direção específica: o desenvolvimento da civilização, um processo inacabado e contínuo, como explica Norbert Elias em sua teoria a respeito do processo civilizador.

Complementa Desbiens (2018, tradução nossa), através de seu artigo *Connaissance et société chez Norbert Elias: Contribution à une théorie dialectique de la société* afirma que a criança, nesse processo em particular, é objeto dos convívios de correlações inéditas que a constituem, tendo em conta o grupo social que está em constante mudança, levam à construção de uma criança civilizada. Além disso, podemos olhar para o texto de Sarat (Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias), em que a relação família/escola possuem o significado da separação entre a criança e o adulto, sendo a base para a ideia de uma criança civilizada cujo desenvolvimento ocorre através do controle de suas emoções infantis e das pulsões, envolta por relações interdependentes.

É de fundamental importância a educação escolar, juntamente com a família para que o processo civilizador seja continuado, formado conforme o indivíduo, desde cedo, desenvolve um comportamento totalmente novo ou estrutura psicológica que tenha características e comportamentos distintos na sociedade, ajudando a alterar as relações existentes dentro dela.²²

O equilíbrio entre as afetividades e o domínio das emoções, desencadeados principalmente pela extensão das cadeias de ações, monopolização da violência física e correlação dos indivíduos na sociedade. Surge, dessa forma, a transformação "civilizadora" das condutas e ações (ELIAS, 1994, p. 202). Como podemos perceber, desenvolvendo uma teoria do processo civilizatório, o autor examina a dualidade de aspectos que são a relacionada a sociedade e suas particularidades e a individualizada e particular, pois não há indivíduo que já chegue ao mundo com as regras civilizatórias já internalizadas, sendo um processo subjetivo e particular de internalização

²² Esse argumento é derivado da explicação que Andrew Linklater (2004, nossa tradução) fez em seu artigo Norbert Elias, The 'Civilizing Process' and the Sociology of International Relations, segundo o qual, há uma contínua e histórica interdependência entre estruturas psicológicas e sociais, passadas por gerações. É assim que se forma ou se constitui o processo civilizador, conforme a opinião de Norbert Elias.

(ELIAS, 1994, p. 15). Dessa forma, fica claro que a questão da educação das crianças é um esforço para torná-la civilizada. Haidar e Tanuri, em seu artigo *A Escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma reescrita* (2007), mencionam que a criação do sistema de atenção à criança brasileira não foi apenas no sistema escolar, a preocupação com a educação e bem-estar da criança, ocorreu um hábito na sociedade a respeito do conceito do que seria uma criança civilizada e da infância.

Mas, é na escola que, historicamente, tem sido possível focar em técnicas e práticas para normalizar a maneira de ser da criança, o que acontece quando uma criança interage com os adultos. Dessa forma, é impossível excluir o aprendizado infantil dos aspectos subjetivos de espacialidade e temporalidade, ou das vivências entre gerações que se estabeleceram. Com isso, vemos que se torna fundamental o olhar para o contexto histórico e social, bem como as transformações que estão ocorrendo, as mudanças de métodos e abordagens em cada uma das configurações. No caso de Dechaux, em sua obra *La Mort Dans Les Sociétés Modernes: La Thèse De Norbert Elias À L'épreuve* (2001, tradução nossa) é impossível compreender as mudanças que a sociedade experimentou sem considerar as mudanças que ocorreram nas estruturas de caráter das pessoas que compõem essas sociedades. Não existe antagonismo nos conceitos de sociedade e indivíduo. O controle social afeta os padrões de comportamento ou a conduta das pessoas, gradualmente alterados até que elas comecem a regular seu próprio comportamento.

O controle das emoções, da natureza impulsiva ou apaixonada da criança ou do indivíduo é um aspecto do processo de civilização, e é realizado de forma muito específica na escola, e também em outros grupos sociais.²³

A educação infantil compõe um espaço de socialização da criança, desenhado não por ela, mas para ela, constituindo um espaço de escolarização, além de também pode ser civilizador. Um espaço especificamente projetado para crianças, que fazem parte de uma sociedade minúscula composta por relações interdependentes, juntamente com regras e

²³ Nas palavras de Quinteiro (2019) em seu texto *Educação, infância e escola: a civilização da criança na Educação Infantil*, o pensamento pedagógico baseava-se no respeito e compreensão da criança, e sua educação estava contida em um processo civilizador que estava em execução no estado em direção à modernidade e ao progresso.

normas, bem como conflitos específicos para as relações humanas e suas tensões. A compreensão acadêmica, biológica e psicológica mais avançada da criança resultou em um plano de maior especificidade "uma repercussão profunda nos procedimentos pedagógicos e na organização escolar". As metas e planos dos programas planejados em apoio a Educação Infantil refletem essa afirmação. Essa análise é baseada nas informações que Viana escreve em sua obra *A escola, a infância e o processo civilizador no Brasil do século XIX* (2016, p.345):

Em vez da memorização, um método não confiável de ensinar crianças e adultos, que foi predominante durante um longo período de tempo, a ideia de uma abordagem que incorporasse as características únicas das crianças, incluía outras particularidades como literatura, música e teatro infantil. Nesse sentido, fica claro que na educação da criança civilizada, a capacidade de controlar os instintos não é suficiente, sendo essencial examinar os sentidos para estabelecer moralidade e razão.

No entanto, há algumas exceções. Crianças na faixa etária entre 4 e 7 anos podiam ingressar na Educação Infantil, dado o que estava disposto nos Regulamentos. Certas restrições à matrícula destacam a questão médico-higienista, que era popular na época, sendo que as temáticas higienista e sanitária começaram a "adquirir relevância quanto a noção dos adultos a respeito do estatuto conceitual que define o processo de estabelecer a civilidade" (ELIAS, 1994b, p. 15) acabando por levar a uma postura de exclusão.

O aspecto médico-higienista fica evidente no uso obrigatório de uniformes por crianças participantes da Educação Infantil. O uniforme é uma garantia de saúde e higiene e quando visto dessa forma, "percebe-se o peso do higienismo como responsável por algumas posturas terem sido modificadas e como elas são integradas desde a época da infância em prol da civilidade. Desta forma, se as noções mudaram, é porque também houve mudança nas relações.²⁴

²⁴ Estas transformações são evidentes como parte do processo civilizador, visto que a educação das crianças não deve ser separada da relação com os adultos. Essas relações, baseadas na interdependência e dependência entre crianças e adultos, são a base do que Viana afirma em seu texto *A escola, a infância e o processo civilizador no Brasil do século XIX* (2016, p.335).

Os adultos, ou seja, a família, a sociedade e a escola, são responsáveis pelo desenvolvimento da pessoa que "sempre existe, em níveis fundamentais, nas relações pessoais e nessa particular estrutura específica de sua sociedade" (ELIAS, 1994, p. 29). Essa obrigação à luz do desenvolvimento da pessoa, desde o início, faz parte do processo de civilização e, conseqüentemente, da estrutura da criança civilizada. É assim que podemos falar da educação como sendo um princípio civilizador. Nossa interpretação alinha-se ao pensamento de Tozzi, que no seu texto *Educação, infância e leitura: contribuições da teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias* (2013, p. 131) afirma:

A ideia de proximidade do conceito de educação como sendo uma iniciativa civilizadora encontra respaldo no fato de que sem o controle de suas pulsões, a pessoas tem comportamentos semelhantes ao de uma criança, assim sendo, dentre outros fatores, o educar significa desenvolver no indivíduo a capacidade de se controlar, tornando-se educado, adulto e, conseqüentemente, civilizado.

Assim sendo, a criança civilizada é aquela que foi ensinada a se autorregular. Conforme o conceito de Elias (2006, p. 21) o desenvolvimento da civilização é resultado do desenvolvimento da autorregulação, essencial para a existência do ser humano individual. Sem ele, os humanos são incapazes de suportar as flutuações de seus próprios desejos e emoções, que se estabelecem com a necessidade de deleite instantâneo e urgente e criariam desconforto se não estivessem satisfeitos. Sem a auto regulação, não seria possível, sem muito desconforto, atrasar as condições do mundo real - a flexibilização dos impulsos ou alterar a direção em busca deste propósito. Nesse cenário, todos se comportarão como uma criança e serão incapazes de controlar as emoções e pulsões, ou seja, autorregular e, portanto, permanecer na convivência com outros. É por isso que é a transformação do comportamento humano e das emoções a base do processo de civilização descrito por Norbert Elias. Isso é realizado através do desenvolvimento e transformação do padrão de comportamento, levando em conta as interdependências, estrutura social e os conflitos e tensões inerentes às relações humanas que, no nível social e individual, podem levar ao autocontrole e à autorregulação. E quando se trata do processo educativo da criança, bem como do processo de civilização, é através da interdependência tensa entre criança e adulto, e que envolve uma esfera de interações sociais

onde os infantes se civilizam. Assim, as crianças estão inseridas numa classe de sociedade moldada pelas imaginações da mesma, que crescem e são formadas entre si e com adultos conforme as relações de convivência são formadas em todos os diversos espaços do ambiente em que vivem.

Transformando-se em um processo precursor, entendida como sendo um processo civilizatório de como o ser humano age, ou torna-se humano. As teorias de Norbert Elias ajudarão, portanto, auxiliam a compreender a natureza da educação infantil, onde a partir das narrativas da dinâmica de civilização emerge para a necessidade de conhecer os agentes infantis como um sujeito histórico e também criador da história, com a capacidade de modificar tanto o presente, como também o passado e o futuro, sendo transformado e transformando.

5 A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR POR MEIO DA BNCC: A PESQUISA DE OBSERVAÇÃO

(...) cada homem, desde a infância, faz parte de uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras. Dentro da rede de interdependências em que ele é posto no mundo, desenvolve-se e conserva-se — em diversos graus e segundo diversos padrões — sua relativa autonomia como um indivíduo que decide por si mesmo. Quando, investigando problemas históricos e sociais, o pensamento se detém nas atividades e nas decisões de homens isolados, como se pudessem ser explicados sem se recorrer às dependências que ligam os indivíduos entre si, então se oculta precisamente aquele aspecto das relações humanas que constitui o contexto de suas interações (ELIAS, 1994, p. 157).

A Base Nacional Comum Curricular reuni um conjunto de políticas para nortear os currículos, sua construção reflete as intenções governamentais do ministério da educação em relação ao rol de valores e conhecimentos próprios da educação básica, sua elaboração visa constituir um modelo de práticas a serem seguidas pelas instituições de ensino tanto públicas como de natureza privada de todo o território nacional.

O objetivo principal, como constava do documento introdutório da BNCC, era oferecer subsídios às propostas curriculares, trazendo a preocupação com as especificidades que caracterizam as escolas brasileiras (BRASIL, 2016). Tal objetivo apontava para a necessidade de que a BNCC não ignorasse o campo próprio das escolas, os pensamentos e concepções sobre ensino e educação que nelas estavam presentes, bem como as questões relacionadas com o ensino e a aprendizagem dos alunos (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017, p. 323).

O material elaborado e constituinte da Base Nacional se estabelece como um conjunto de regras regulamentares relacionadas às mais variadas fases e patamares organizacionais da educação formal.²⁵

²⁵ Cândido e Gentili (2017, p. 325) nos ajudam a compreender essa questão defendendo que e o documento final da Base Curricular Comum Nacional não deve ser a única referência para as escolas. É preciso, tanto em sua construção como em sua implementação, ouvir o que professores, estudantes e comunidade, pensam desse processo. Emílio e Abdalla (2021, p. 3) também nos contribuem para a discussão afirmando que o processo de formulação da BNCC (BRASIL, 2018) foi marcado não só por tensões políticas, mas também, pela disputa de significações que colocaram acadêmicos, pesquisadores do campo do currículo, em oposição a

A Base Nacional traz em sua finalidade a estruturação de um ensino e aprendizagem padronizado e uniformizado independente do extrato social, da realidade econômica ou local em que as escolas e desafios de ensino estejam situadas. Durante a nossa pesquisa de campo tivemos o olhar crítico a partir desta característica da BNCC, os registros e a construção dos dados foram desenvolvidos a partir da realização da pesquisa de observação no Centro de Educação Infantil Nova Brasília na cidade de Brusque, Santa Catarina.

Participaram da pesquisa um grupo de alunos do Pré II-B (4 e 5 anos), constituído por quinze crianças, uma professora e duas monitoras, mediante a anuência prévia da gestão do CEI. Das quinze crianças matriculadas na turma, dez eram meninas e cinco eram meninos.

No total, foram realizadas sete observações da rotina das crianças do PRE II-B, todas apoiadas na escrita de um diário de bordo, concebido como um instrumento de registro de dados descritivo e reflexivo. No primeiro dia de observação, a professora apresentou a pesquisadora às crianças que demonstraram muito interesse em conhecê-la. A pesquisadora realizou uma breve apresentação afim de que as crianças soubessem a finalidade da sua presença na escola.

O CEI em questão atende atualmente, 340 crianças do Berçário ao PRÉ II (crianças de 6 meses a 5 anos e 11 meses de idade), em regime parcial e integral, funcionando nos turnos matutino e vespertino. Situado em uma zona urbana industrial, encontra-se rodeado por diversos pontos comerciais e industriais.

As salas são organizadas de forma muito parecida, tendo espaço limitado. A sala de aula do PRE II-B (Foto 1) possui luz abundante, mas com pouca circulação de ar, visto que sua única janela está para um corredor interno do prédio. As mesinhas e cadeiras dispostas para uso das crianças são distribuídas em grupos de quatro cadeiras.

Figura I: Sala de aula do PRÉ IIB



Além da organização espacial, o conjunto de práticas políticas e organizacionais presentes no texto da BNCC devem ser utilizadas como aparato para que os profissionais do ensino reflitam e se orientem quanto aos elementos curriculares que se constituem como fundamentais aos quais, imprescindivelmente, precisa ser ofertado aos alunos do ensino básico.

Além da função precípua da Base Nacional, podemos enfatizar também o seu caráter possuidor de elementos de poder político relacionados diretamente com a estruturação do que podemos chamar de uma pedagogia guiada por aspectos que se pretendem científicos, pois estas duas áreas fomentam narrativas e discursos direcionados aos atores sociais e da educação, com destaque ao público infantil. Tendo em vista os princípios próprios de uma pedagogia normativa, a Base Nacional estabelece as formas como, obrigatoriamente os conteúdos e práticas de ensino-aprendizagem devem ser abordados dentro do ambiente escolar, perpassando toda a estrutura organizacional do ensino básico, seja ele realizado por instituições públicas ou privadas. Durante a pesquisa de observação nos deparamos com esta estruturação in loco, por exemplo, a sala de aula possuía um quadro branco, estantes de madeira e dois armários de madeira onde são guardados os materiais utilizados pela professora no dia a dia. Dessa forma, a maneira como a sala de aula é disposta, tendo em vista o cuidado com a rotina das crianças da educação infantil, demonstra também, as finalidades e direcionamentos dos adultos quanto a civilização das crianças e suas concepções de educação.

A nossa reflexão, na esteira das ideias de Norbert Elias, e na trilha da Educação Infantil, se direciona para as perspectivas que norteiam o fazer pedagógico com o entendimento de que as crianças são atores sociais e criadores de cultura.

A partir das observações presenciamos a manutenção da organização do ambiente a partir de uma certa rigidez em relação às mudanças, pois as

mesas e cadeiras, na maioria do tempo, estiveram no mesmo lugar, não possibilitando uma otimização do espaço com objetivo de fomentar o movimento e a interação entre as crianças. Sobre o espaço relativo ao saguão, chamou atenção o fato de também ser utilizado como local de lanche das crianças, dessa forma, toda a possibilidade de utilização desse espaço para a convivência e vivência de brincadeiras fica reduzida. O centro de educação infantil, além dos espaços citados, também possui um parque, com diversos brinquedos e um escorregador.

Dessa forma, essas práticas normativas deixam claro a forma como os conceitos estruturantes formulados para nortear as práticas de ensino-aprendizagem presentes na Base Nacional tem por finalidade a realização de um rol de métodos e práticas direcionados ao fomento e constituição de uma civilidade, não sendo portanto, necessariamente ações de coação e controle repressivo. Dessa forma:

Esse esvaziamento de conteúdos propositalmente atende à demanda do sistema produtivo (...) grosso modo, exige a formação para o trabalho com determinadas características. Essas características, que também podemos chamar de competências (pensando na organização e nos objetivos da BNCC), estão dissociadas da necessidade de compreender a sociedade em sua totalidade (CRUZ, 2021, p. 4 apud MALANCHEN; MATOS; ORSO, 2020, p.138).

Esse rol de métodos e práticas da BNCC se reflete na organização diária da educação infantil. Durante a nossa permanência nas aulas, percebemos que a maior parte da tarde as crianças convivem no espaço interno da sala de aula, tendo pouco acesso aos espaços externos, que ocorre principalmente no momento do intervalo do lanche.

A nossa observação pretendeu perceber o alcance da rotina como categoria inserida no universo da educação infantil, onde emprestaria uma organização do cotidiano onde o processo civilização seria desenvolvido.

A rotina diária dos educandos do PRÉ II-B organiza-se tendo em vista o momento de chegada e acolhida das crianças; um círculo de conversas; iniciativas lúdicas visando o brincar com viés pedagógico; intervalo do lanche; momento do parque; contação de contos infantis e, ao findar da tarde, a saída das crianças.

A partir das 13 horas as crianças começam a chegar no CEI, aguardando no hall de entrada a chegada da professora. Ao entrarem na sala, as crianças retiram as agendas das mochilas e as depositam em cima da mesa da professora. O momento da acolhida se dá dentro da sala de aula e dura, aproximadamente, 20 minutos. Como observamos, nesse tempo de realização da acolhida as crianças brincam com lego, com quebra-cabeças e jogos diversos, fazendo com que fiquem ocupadas com essas atividades lúdicas, e paralelamente a isso, a professora realizava a organização da sala para início das atividades pedagógicas.

Por volta das 15h é servido o lanche no refeitório pelo período de 10 a 15 minutos, tempo onde as crianças interagem e conversam sobre temas diversos do seu interesse e sobre acontecimentos do cotidiano familiar e escolar. Antes do lanche ser servido as crianças lavam as mãos e se acomodam nas mesas do refeitório. O cardápio conta suco, iogurte ou porções de frutas, refeições completas com feijão, verduras, arroz ou macarrão e carne.

Para Norbert Elias a constituição do processo civilizador e do poder social normativo que ele representa não se limita a uma disposição imóvel e localmente estabelecida, pois os elementos necessários a civilidade estão em todos os aspectos socioculturais. Podemos afirmar, juntamente com Marroni e Rodrigues (2012) que

(...) cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social, indicando a mudança no comportamento das classes altas e a expansão de modelos de comportamento considerados (...) o (...) conceito de civilidade, utilizado primeiramente na França do século XVI, mas também na Inglaterra, Itália e Alemanha, demarcava o comportamento da corte, explicitando as barreiras sociais entre esse grupo e o restante da sociedade. Para esta autora os modelos de comportamento assumidos no processo de civilização auxiliam na identificação e na distinção dos grupos sociais.

O processo civilizador estabelece novos comportamentos e reprime outros, se constituindo historicamente²⁶ a partir de relações de controle e

²⁶ Marroni e Rodrigues (2012, p. 6) nos esclarecem que é a educação que —retira do homem, pelo trato, sua natureza não social, imprimindo-lhe uma natureza social, humana (...) imprimir no homem sua natureza política demanda imensos esforços. Para tanto, segundo a autora, basta observar que ensinar uma criança em suas necessidades básicas, como comer, banhar-se, vestir-se, demanda muito trabalho. (...) as regras sociais são fundamentais para a vida em sociedade e cada período histórico, demanda regras próprias, em virtude da especificidade de

domínio atuando como fator disciplinador e de controle dos indivíduos. Sendo assim:

(...) nos possibilita a pensar que o processo de civilização ocorre em um —movimento contínuo, em que [...] assim como na vida em sociedade, as emoções humanas estão submetidas a estágios de controle, e somente as experiências e o tempo podem levá-las a uma maior diferenciação. Desse modo, (...) os modelos assumidos no processo de civilização precisam ser entendidos na dinâmica de cada tempo histórico (LEÃO, 2007, p. 22).

Na nossa pesquisa de observação percebemos essa característica do processo civilizador durante a rotina do lanche que, inserido no bojo do cotidiano da educação infantil, torna-se importante no contexto das aprendizagens fundamentais para as crianças, e se inserem também na introdução e fomento da regulação do comportamento próprio do processo civilizador que, nessa fase, é marcado pelas ações de aprender conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, além disso, se alimentar, realizar a higiene pessoal, escovar os dentes, ou seja, atividades de se alimentar e realizar a higiene pessoal.

Quando a hora do lanche termina, a professora então organiza o círculo de conversação com as crianças no chão, sentadas. A hora do círculo de conversação ocorre imediatamente após a refeição. O círculo é realizado sobre o tatame disposto no chão. Observamos que houve momentos em que as crianças não estavam confortáveis com o espaço apertado, o que resultou em conflito e dispersão entre as crianças.

No decorrer das observações, ficou claro que o momento da conversa em círculo, entretanto, foi mais uma explicação da professora sobre o assunto e o evento do dia, do que uma oportunidade para conversar e compartilhar experiências, mas com muitas poucas oportunidades para as crianças falarem livremente.

5.1 A BNCC E SEU PAPEL DISCIPLINADOR

Além da organização espacial e da rotina, a estruturação do ensino-aprendizagem na educação infantil, em cada etapa do processo de ensino, parte da organização e divisão por meio de um conjunto de caracteres alfabéticos e numéricos elaborados para demonstrar como as competências e habilidades se correlacionam com o planejamento do processo de ensino-aprendizagem na relação bilateral entre aluno e professor.

Podemos também enfatizar a presença dos campos de experiências na organização curricular da Educação Infantil, os quais pretendem fomentar um conjunto de referências e valores relacionados ao ensino-aprendizagem, são eles: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e, formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2018).

FIGURA 3: Campos de experiência



Além desses elementos, temos também os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento direcionados a organização da Educação Infantil, esses elementos curriculares estão compartimentados a partir da divisão etária do público da Educação Infantil.

Podemos dizer que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento²⁷ representam a intenção de garantir meios e ferramentas pedagógicas pelas

²⁷ Precisamos enfatizar que o meio acadêmico demonstrou preocupação, se posicionando, muitas vezes, com postura antagônica em relação a promulgação da Base Nacional, sendo que os pontos que suscitaram reação por parte dos estudiosos se referem ao distanciamento

quais o público alvo da educação infantil possa desenvolver uma postura de ação ativa nos mais variados ambientes em que se imponham os desafios sociais ou de aspectos individuais. Dessa forma, às atividades com estímulo à abordagem e solução de problemas tem por objetivo estimular a criança a edificar uma melhor compreensão dos significados em relação a si mesma, além dos outros e o mundo. Podemos aprofundar essa discussão a partir do que a Base Nacional afirma:

A compreensão da criança como um agente que percebe o mundo a sua volta, se perguntando, refletindo sobre suas questões, buscando respostas e introjetando virtudes e valores além de edificar conceitos e informações sobre o mundo por meio da livre escolha e relações com o seu grupo social e a natureza que a cerca não pode desembocar na delimitação dos aprendizados em relação ao processo de concepção e aperfeiçoamento seja de ordem natural ou seja espontâneo. De outra forma, torna imperativa a demanda de estabelecer uma intencionalidade que podemos chamar de educativa em relação às ações e métodos de ensino-aprendizagem na Educação Infantil (BRASIL, 2018, p. 34).

Os campos de experiências se correlacionam de forma mútua aos elementos conceituais do currículo que faz parte dos direitos de aprendizagem já citados, dessa maneira, ambos estabelecem os conhecimentos e as práticas necessárias que antecipam e tratam dos mais variados desafios efetivos que se encontram no cotidiano das crianças. Dessa forma, partindo da ideia que na etapa da Educação Infantil, o que pode ser aprendido e o processo de aprendizagem das crianças possuem como eixos estruturantes as mais variadas relações e influências junto também dos jogos e brincadeiras, garantindo assim, os ditos direitos *conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se*, com isso se solidifica a ideia de que a estrutura do currículo da Educação Infantil na Base Nacional se organiza e se divide em cinco campos de experiências, em relação aos quais são estabelecidos as intenções do ensino-aprendizagem e o aperfeiçoamento das habilidades e competências. Para Freitas (2014, p. 1090):

da concepção de direitos de aprendizagem com o intuito de estabelecer uma compreensão tecnicista e superficial da concepção de habilidades e competências. Outra preocupação foi motivada pela intenção de transformar a Base Nacional em uma espécie de currículo, sobre isso Zanardi (2018) nos diz que além da Base Nacional ter caráter de um currículo para a educação brasileira, é também um meio de estabelecer a matriz do que pode ser considerado os saberes oficiais a serem ensinados.

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e não o currículo prescrito, a base nacional comum, que definem o que será considerado como “básico”.

Podemos destacar também, por fim, os objetivos de aprendizagem como tendo por objetivo identificar as particularidades de cada idade das crianças, estruturando ações de cunho didático pedagógico onde seja possível ao professor conduzir e instruir com mais aproveitamento a organização pedagógica nas instituições de educação infantil.²⁸

Disso resulta que na etapa da Educação Infantil, a partir da BNCC podemos falar em aprendizagens de caráter fundamental e elementar que trazem consigo hábitos de conduta, práticas sociais e comportamentais além de habilidades e informações em relação às experiências e aprendizados mútuos que estimulam o aperfeiçoamento nos mais variados campos de experiências, frequentemente tendo em vista os convívios e a brincadeira como mote central da sua constituição. Dessa maneira, juntamente com a Base Nacional podemos dizer que tais aprendizagens, se estruturam como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018, p. 40).

Tratando agora diretamente das narrativas de civilidade e normalização do comportamento, encontramos na Base Nacional o que podemos afirmar ser a narrativa basilar dessa temática, ou seja, a exigência de que a totalidade das crianças que frequentam as instituições de ensino no país uniformizem suas práticas pedagógicas em relação ao desenvolvimento das ditas competências e habilidades. Essa narrativa de padronização, por sua vez, também estabelece a organização essencial das instituições de ensino ao reunir e agrupar de

²⁸ Luiz Carlos Freitas em seu artigo *Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa Pelo Controle do Processo Pedagógico na Escola* (2014, p. 1104) afirma que “o acirramento do debate sobre os objetivos de ensino na forma de uma “base nacional comum” ou na forma de “direitos de aprendizagem”, como gostam de pautar os reformadores, nos leva a trazer para a cena novos níveis de análise, pois o debate da base nacional comum é um debate, para ambos os lados, ideológico – ou seja, cujos posicionamentos dependem da visão de mundo que cada um dos lados em disputa tem sobre o papel formativo da escola. Esta postura ideológica materializa-se na concepção de educação e na matriz formativa que fundamentam as proposituras e que precisam ser tornadas públicas, para elevar o nível do próprio debate e evitar a sua redução a uma lista de objetivos e conteúdos padronizados”.

forma homogênea, para qualquer região do país, uma pedagogia voltada ao ensino-aprendizagem das escolas de ensino básico, estabelecendo assim, um ensino fundamentado na segmentação.

O passo seguinte previsível era tentar controlar o outro elemento do par objetivos/avaliação já que por este elemento, os objetivos de ensino, os reformadores padronizam a cultura escolar através das matrizes de referência dos exames nacionais e travam o avanço das práticas da escola em direção a uma matriz formativa mais alargada que lide com a formação integral da juventude, e restringem a escola à matriz clássica, centrada na dimensão do conhecimento (FREITAS, 2014, p. 1089).

No decorrer da pesquisa de observação percebemos essa padronização em vistas de uma organização de forma homogênea. Em um dos momentos, durante uma rodada de bate-papo, teve início o momento de atividade, cuja duração tem uma média de uma hora a uma hora e meia. Através da observação, ficou aparente que as tarefas desenvolvidas incluíam principalmente a execução de exercícios motores e gráficos dirigidos, e o desenvolvimento de habilidades de escrita e leitura.

Normalmente, eram distribuídas pela professora folhas de papel em branco com imagens na Internet para que os jovens pudessem colorir, desenhar ou cortar, de acordo com as instruções que foram entregues. Após cada sessão, as crianças recebiam seus crachás com a finalidade de apoiar a escrita dos nomes nos papéis.

Outra atividade de rotina que é relatada pela professora como crucial para o desenvolvimento da criança é o ditado fonético. Em uma observação diária foi presenciada a execução desta tarefa.

Enquanto as crianças tinham a liberdade de se levantar e se movimentar pela sala para pegar seus itens e conversar umas com as outras durante suas tarefas, observou-se que o tempo destinado à rotina diária era cansativo e demorado, e as atividades que eram dirigidas tomavam o palco central dentro do processo de ensino, sendo caracterizadas por um viés tradicionalista que tende a buscar uma uniformidade das produções das crianças. É vital saber que em alguns casos a professora fez tentativas para ajudar as crianças a falar livremente.

Estes esforços, no entanto, foram rapidamente refreados pela própria professora, como é evidente no exemplo abaixo:

A professora mostra aos alunos um desenho de uma flor que ela criou em um pedaço de cartolina. Em seguida, ela explicou às crianças que devem fazer uma pintura em grupo do desenho, frisando que cada criança pinte em seu estilo único. As crianças estão engajadas no processo. Após alguns minutos, a professora chega a uma das crianças e pergunta "Você está planejando pintar apenas uma cor? Preto? Pinte com várias cores! .

Após a atividade, a professora normalmente instrui as crianças a tirar as revistas de seus cantos de leitura. Outra prática rotineira utilizada pela professora durante este período é a entrega de histórias em quadrinhos e jogos. Em geral, assim que todas as crianças terminavam suas atividades, estavam liberadas as brincadeiras.

A partir do que vimos até aqui, podemos avançar afirmando que a Base Nacional não apenas promove habilidades afetivas e de caráter emocional para a infância, mas também fomenta normas e procedimentos que permitem a aproximação entre aspectos propriamente de cunho psicológico e biológico,²⁹ tratando assim, do controle do conhecimento que se direcionam também ao aspecto sanitário. Dessa forma, as crianças são estimuladas a reconhecer os aspectos de um paradigma voltado ao desenvolvimentismo permitindo assim, se interiorizar nele.

Com isso, pode-se perceber como os conhecimentos da medicina, das ciências biológicas e pedagógicas influenciam no contexto de ensino submetendo os corpos infantis a um tipo de controle determinante de comportamento, pois a própria noção de normalidade pode ter mais de uma interpretação, de um ponto de vista pode adquirir aspectos relacionados a atribuição de valores ao comportamento, podendo ser interpretado como o que é permitido e que espera-se de um comportamento em determinado grupo

²⁹ Para Elias o processo específico de "crescimento" psicológico nas sociedades ocidentais, que com tanta frequência ocupa a mente de psicólogos e pedagogos modernos, nada mais é do que o processo civilizador ocidental a que todos os jovens, como resultado de um processo social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a tenra idade, em maior ou menor grau e com maior ou menor sucesso (ELIAS, 1994, p. 15). A Educação Infantil é compreendida a partir do complexo processo sociopsicológico, que envolve atores sociais, que possuem identidade e vidas emocionais, que se engajam em relações com outros, que têm razões para fazer o que fazem, e, agindo, revelam os propósitos de seus atos (ABDALLA; EMÍLIO, 2021, p. 5).

social, determinando como uma ação, gesto ou atitude deveria ser, de outro ponto de vista, se refere a um padrão de dados estatísticos que possuem um padrão e periodicidade. Jacques Revel em seu texto *Os usos da civilidade* (1991, p. 169) nos ajuda a aprofundar essa discussão afirmando que:

O controle social é feito pelas formas educativas, em que os manuais de civilidade prescrevem os valores corporais e o sistema dos comportamentos sociais. Neste sentido, a finalidade pedagógica desses tratados coincide no objetivo de expor e ensinar as maneiras que as relações sociais de um dado tempo legitimam. No entanto, realiza esse projeto de modos bem diversos, segunda a importância que atribuem às regras de conduta, segundo o público a qual se destinam, segundo as formas de aprendizagem que sugerem.³⁰

Ao desenvolvimento e o fomento de saberes sobre o processo de aprendizado e maturação biológica das crianças se relaciona a construção de conceitos e técnicas com o objetivo de controlar e determinar os comportamento e condutas desde a primeira infância. O próprio surgimento de debates e estudos sobre os aspectos do desenvolvimento infantil são influenciados para ter uma maior previsibilidade e domínio das condutas infantis.

Nesse contexto, a Base Nacional pode ser entendida como um documento onde se encontram um cabedal de elementos e concepções pelos quais o processo civilizador pode se fazer presente no desenvolvimento infantil, e com isso pode atuar para induzir comportamento controlando as condutas desde a infância. Utilizando concepções e ideias pedagógicas que se dizem defensoras da individualidade e da autonomia, a Base Nacional traz em seu interior uma relação de normalização, seja pela noção de poder aliada aos métodos pedagógicos, seja pelas características do processo civilizador.

Podemos citar como exemplo, os campos de experiências contidos na Base Nacional, que por terem caráter de estruturação interdisciplinar, estabelecem elementos de ensino-aprendizagem que possuem aspectos de normatividade reguladores da civilidade infantil, que necessariamente precisarão ter sequência no percurso posterior da trajetória escolar. Além

³⁰ Ipiranga, em seu texto *Imagens da Infância: Crianças, aprendizagem e formação nos contos de Guimarães Rosa e Clarice Lispector* (2010, p. 169) afirma que “no processo de civilização por que a infância passa, a conformação vai do pensamento ao corpo: cabelo alinhado, pele lavada, até a voz exige agora uma modulação educada, dentro dos níveis de “normalidade” e educação.”

disso, as chamadas unidades temáticas integrantes da Base Nacional podem ser consideradas como normativas por terem um lugar fundamental na construção do que chamamos de infância. Goettert, em seu texto *Processo Civilizador, Fronteiras e Figurações Estabelecidos/Outsiders* (2012, p. 227) se refere a Elias afirmando que:

De um lado, a marcação dos sujeitos, grupos e comunidade englobada pelo perfil da “normalidade” e, de outro, pelo da “anormalidade”, ou, como apontam Norbert Elias e John L. Scotson (2000, p. 27), pela “anomia”: “A anomia talvez seja a censura mais frequente a lhes [aos grupos outsiders] ser feita; repetidamente, constata-se que outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros”. A instituição de qualquer anomia é a condição *sine qua non* para a efetivação de sua “anormalidade” correspondente (o anômico é a condição para a existência do “nômico”, e vice versa).

Devido a isso, vemos com frequência os saberes pedagógicos e sua influência civilizatória de normalização desempenhar o seu papel nos processos de aperfeiçoamento presentes no ensino infantil. Refletir sobre o desenvolvimento infantil, o questionando enquanto lugar onde está presente o processo civilizador permite também compreender a sua constituição histórica e cultural e o modo como se insere nos aspectos sociais da modernidade. Dessa forma, o desenvolvimento pedagógico na primeira infância se relaciona diretamente com as concepções políticas e sociais que pretendem, por meio da regulação das condutas, fomentar uma dinâmica de civilidade e normalização.

Podemos perceber como a fisiologia do corpo e a noção de normalidade estão inseridas no conjunto de técnicas, métodos e ferramentas pedagógicas que contribuem para uma política de ensino oficial presente na Base Nacional.

Tendo como fundamento o processo de normalização disciplinar, o estabelecimento de uma produção da infância tal como prescreve a Base Nacional nos permite refletir sobre como o processo civilizador, a partir da escola, atua para constituir comportamentos e condutas a partir do controle e submissão e possibilitar uma mudança em termo de convivência social e objetivos políticos, no entanto para que isso seja possível é imperativo existir um controle e até mesmo uma coerção do comportamento tendo em vista a utilização de um certo tipo de poder estrutural voltado a realidade do ensino.

Carlota Boto em seu texto *A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas* (2010, p. 38) afirma que:

(...) a criança, no âmbito dessa vida entre regras, aprenderá a lidar com normas e com rituais que serão distintivos. Ela obterá hábitos de obediência; sim. Mas criará também hábitos de convivência, concentração, atenção, perseverança, disciplina, controle de si. No limite a escola institui, por seus ritos, por suas palavras e por seus sinais, uma cultura que lhe é própria; e que terá certamente um caráter civilizador.

Durante a observação in loco vimos uma criança, com o auxílio de uma cadeira, alcançar um jogo que está numa prateleira do armário. Então, um colega de classe comenta "Titia! Ele pegou um jogo! ||. A professora diz: "Não, você não pode pegar o jogo! Guarde novamente! Vou deixar você brincar daqui a pouco. Um grupo de crianças pega uma coleção de peças de um jogo, e o professor, com um tom de reprovação, diz "Por favor!. Uma criança leva as peças de volta". A professora diz: "Mais tarde umas brincadeiras bem legais vão ser liberadas " .

Em outro momento, presenciamos, após o término de um exercício, algumas crianças irem para a área de leitura. Algumas, sentadas em seus lugares, brincam com jogos. Depois de alguns minutos, a professora anuncia: "Faltam cinco minutos para brincar! Pouco tempo depois, ela anuncia: Quem quiser guardar os jogos e brincar com brinquedos já está liberado! .

No terceiro dia da nossa observação vimos uma aluna pegar de dentro da caixa um brinquedo. A professora pergunta: "É para brincar? Você está brincando com ele? Eu falei que é somente livrinhos e joguinhos! Não é hora das brincadeiras! Chama a atenção a atitude da professora por repreender a aluna que está com o jogo de encaixe em seu lugar. Ela diz: "Eu tô jogando, não tô brincando" .

Os exemplos acima mostram a necessidade de supervisão e controle constantes por parte do professor sobre o comportamento das crianças, o que é evidente a partir da marcação rigorosa do tempo e da seleção dos materiais disponíveis para elas. O tempo é determinado pela professora, que não leva em consideração a vivência e as experiências que são desencadeadas dentro do grupo, o que pode levar ao comprometimento em favor de espaços de criação e autoria. Mas, as crianças descobrem

maneiras de desafiar o que está sendo imposto. É evidente que a aluna não está seguindo o mesmo raciocínio que os professores. Afirmar "está jogando, e não brincando" é apenas uma forma de ganhar a aprovação da professora e de continuar brincando, devota e continuamente.

A Base Nacional traz em sua organização dos elementos curriculares os chamados *eixos estruturantes* que estruturam ações e rotinas com vistas a uma característica disciplinar contendo seis direitos de aprendizagem, tendo com isso, o objetivo de buscar garantir ao público alvo da educação infantil a relevância do conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

FIGURA 2: Eixos Estruturantes



A hora do parque ocorre após a hora das brincadeiras feitas na sala. Durante o tempo de observação, verificamos que cada dia, antes de sair da sala, a professora pedia aos alunos que se sentassem na área de leitura com a intenção de rever os acordos e as regras definidos para a hora do parque.

É importante esclarecer que, na hora do parque, o pátio também é utilizado pelos alunos. Mas, durante a fase de observação, descobriu-se que, exceto por um dia, em todos os dias o tempo para brincar era gasto exclusivamente dentro do pátio.

A professora disse que, de acordo com ela, as crianças estavam frequentando o parque uma vez por semana devido à estação das chuvas. Segundo ela, todas as turmas estavam reduzindo suas visitas ao parque,

mas, apesar de não ter chovido durante todo o dia, o parque não fazia parte da rotina diária das crianças.

De forma contraintuitiva, foi confirmado que a professora percebe o parque como um espaço individualizado, que é propício à experiência lúdica e procurado pelas crianças. Ao observarmos este momento particular na rotina diária, pudemos fazer o registro de certos comentários que demonstram esta compreensão.

Em umas de nossas observações presenciei a seguinte cena: as crianças têm brincado com a caixa de areia. É a primeira vez que as vejo nela. É um lugar lindo, com sombra e ventilação. As crianças estão se divertindo criando comidinhas a partir da areia e com as folhas caídas da árvore, fazem buracos, colocando seus pés dentro da areia... Elas adoram a caixa de areia, comenta a professora comigo durante a observação das crianças.

Enquanto as crianças brincam na caixa de areia, a professora se senta em uma cadeira e preenche um relatório de presença. Em um momento, ela vira as costas ao seu trabalho com as crianças e, pensando alto, diz: É o lugar que elas mais gostam de brincar.

No quarto dia da nossa observação vimos as crianças em seu canto de leitura e a professora sentada na frente delas, lembra a elas quais são as regras em relação ao recreio. Um aluno em específico estava agitado, movimentando-se e falando com o outro colega de classe que está perto dele. Em algum momento o professor o repreende por seu comportamento e o adverte: Se você continuar fazendo isso, nunca mais poderá brincar no parque!

No sexto dia de observação o momento de boas-vindas foi realizado no pátio, com todas as classes. As crianças se sentam em um tapete colorido circular estendido no chão, criando uma grande roda. Uma música de bom dia é cantada pelas professoras. Depois, é perguntado às crianças por uma professora de outra turma quais músicas elas querem cantar. As crianças ficam entusiasmadas. Uma criança empolgada fica de fé na roda e, de pronto, a professora alerta repreendendo: “Não vi mais no parque, viu!!!”.

Ainda no sexto dia de observação, após o lanche, as crianças se sentam no canto de leitura, esperando o filme ser exibido. A professora tem dificuldade na montagem do equipamento, o que causa inquietude nas

crianças, que se levantam e conversam alto. A professora fica descontente com o comportamento das crianças e, falando num tom mais alto, repreende: Alguém quer ir para o parque? Só vai pro parque quem se comportar.

No momento da exibição do filme um aluno em específico estava em um estado de agitação. Ele se levanta e começa a correr na sala. A educadora o repreende: hoje o (em específico) não vai para o parque... vai ficar sem a caixa de areia... Por favor, (em específico) você gostaria de ir na caixa de areia se comportando desta maneira? O resto das crianças se sentam no círculo e observam a cena.

Estas cenas, que se repetem todos os dias de maneiras diferentes, provando que a abordagem empregada pelos professores para atrair a atenção das crianças está focada na ameaça e no controle, sempre ligada ao momento em que as crianças desfrutam e brincam. Momentos antes de terminar a hora do parque, as crianças lavam suas mãos e voltam para a sala.

Como vemos a partir da observação, no âmbito da Educação Infantil existe a predominância de um modelo centrado no adulto que proporciona a ele uma postura controladora e ativa com respeito às crianças.

Com isso, ao fazer uso dessa estrutura de controle a Base Nacional se conecta aos processos de rendimento da dinâmica do ensino. Para que isso seja possível, o currículo da BNCC traz individualizações de práticas visando as mais diversas etapas da educação infantil. A proposição política com objetivos pedagógicos voltados a fins de civilidade³¹ que estão presentes na Base Nacional se relaciona diretamente às concepções contidas no Plano Nacional de Educação, onde encontramos, dentre suas diversas metas, a meta 1 que enuncia o objetivo de:

(...) universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de

³¹ Pode-se dizer que a cultura escolar dialoga claramente com a codificação dos saberes da escritura: "saberes objetivados, delimitados, codificados, concernentes tanto àquilo que é ensinado quanto à maneira de ensinar" (Vincent, 1994: 30). Os saberes da escola primária possuem claramente intenção de civilizar. O conceito de civilização traz implícito o suposto de superioridade de uma cultura sobre as outras: "quando se quer valorizar uma cultura em detrimento de outra, ou de todas as outras, fala-se em civilização (...) é a cultura apenas no que está supostamente tem de mais elevado, ou é a cultura supostamente mais elevada" (BOTO, 2010, p. 38).

educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2018).

Como podemos perceber, a primeira meta descrita acima se concentra no acolhimento de crianças na faixa etária de zero a cinco anos, sendo estruturada em dois compartimentos, primeiramente, o foco na idade e na quantidade de alunos tendo a necessidade de universalizar o acesso à educação infantil na faixa etária de quatro a cinco, prioritariamente até 2016. Posteriormente, a meta traz a necessidade de acolher, até o prazo final do Plano Nacional de Educação que se encerra em 2024, o percentual de mínimo 50% do público infantil que possuem até três anos de idade.

Nos elementos descritos na meta do PNE podemos identificar aspecto de uma pedagogia com viés político muito semelhante ao que ocorre na Base Nacional, percebemos o caráter como ponto central de uma busca por normalização disciplinar e de caráter civilizatório. Devido a isso é imperativo identificar as práticas de caráter estratégico que relacionam ao ensino-aprendizagem infantil com a finalidade de disciplinar os corpos com o objetivo de estabelecer mais incisivamente uma intervenção no ambiente e currículo escolar.

Disso decorre que o ensino infantil está contido em uma realidade de transformações que resulta em mudanças na realidade social possibilitando outros relações de controle. Os elementos presentes no PNE nos direciona para algo que vai além da própria da infância, pois são os interesses voltados ao desenvolvimento de uma civilidade com vistas ao controle da individualidade que explicam a demanda de um ensino escolar institucional infantil. Dessa maneira, o Plano Nacional de Educação, no que se refere ao ensino infantil, nos mostra elementos políticos na direção de um controle precoce.

Essa realidade do ensino disciplinar com viés civilizatório ganhou novos contornos na realidade do ensino infantil com vistas as demandas sociais de civilidade, pois com esses elementos tecnológicos a dinâmica do ensino institucional voltada a educação infantil, surge de forma progressiva mais precocemente na vivência das crianças. Na proporção em que a frequência de presença na escola torna-se cotidiana e se prolonga por toda a trajetória da infância e da vida escolar, as consequências desta dinâmica civilizatória e disciplinar controladora, posta em prática por meio do processo de ensino

aprendizagem são percebidos. Os resultados dessa dinâmica civilizatória pre-dispõe uma forma específica de sociedade determinada pelo processo civilizador presente no currículo escolar.

O estabelecimento cada vez mais prematuro de uma escolarização voltada ao processo civilizador é uma forma de domínio dos indivíduos onde todos os participantes da dinâmica escolar se envolvem. Esse aspecto pode ser percebido também em uma das estratégias presentes ainda na meta 1 já citada acima contida no Plano Nacional de Educação, a qual afirma que de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, todas as crianças de 0 a 5 anos são incentivadas a receber educação infantil em tempo integral.

Percebemos nesta narrativa, a ênfase na escolarização e letramento, resultando em uma infância mediada pela pedagogia com o objetivo de transmitir costumes e normas de conduta. A Base Nacional, ao estabelecer habilidades e por conseguinte competências em seu conteúdo curricular, o faz com o intuito de se estender por toda a trajetória do ensino institucional, disso resulta, que a Base Nacional molda e delimita a temporalidade e a espacialidade do ambiente de ensino da Educação Infantil, promovendo uma racionalidade voltada a civilidade onde o aspecto físico e corporal, da moralidade e cognitivo precisa se adequar à ênfase de uma visão disciplinadora voltada ao fomento do processo civilizador.

O processo civilizador também é uma forma de poder objetivando uma submissão dos corpos infantis almejando o lugar de suas competências e habilidades. Em relação ao caráter disciplinador do processo civilizador na infância, quanto mais capacidade de obedecer os corpos apresentam, mais facilmente se enquadraram nos costumes, visões de mundo e aspectos de civilidade. As concepções curriculares da Base Nacional têm seu fundamento em uma concepção de poder, conhecimentos, técnicas e métodos que requerem a expansão do tempo de permanência na escola no segmento da Educação Infantil, e com isso, estabelecendo práticas de civilidade, dessa forma, a Base Nacional também estimula e fomenta uma espacialidade institucional. A espacialidade do ambiente pedagógico é compreendida, assim, como um aparato de administração da temporalidade, utilizando técnicas que

consideram a corporalidade infantil como elemento de civilidade, utilizado para os disciplinar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho analisamos os aspectos e as particularidades do desenvolvimento infantil nas instituições de ensino em relação à noção de processo civilizador tal como foi formulada por Norbert Elias que se preocupou em estudar a constituição do ser civilizado em consonância com os aspectos das sociedades nas quais estavam inseridos. Partindo da concepção de processo civilizador utilizamos como fundamento o entendimento de que a infância se constitui no desenvolvimento histórico das sociedades sendo uma forma de compreender o fenômeno da constituição da criança.

A partir do desenvolvimento desta pesquisa é imperioso afirmar que ainda restam problemas de cunho teórico-conceitual que não tivemos a condição de elucidar com a pesquisa empírica, tendo em vista a profundidade do tema, pois a BNCC é desafiadora e problematizadora, precária e ao mesmo tempo fundamental para a educação brasileira. Essa dicotomia da BNCC é percebida quanto à orientação para o desenvolvimento integral da criança, onde enfatiza a importância de uma educação que promova o desenvolvimento pleno, contemplando não apenas aspectos cognitivos, mas também físicos, emocionais e sociais. No entanto, é criticada pelo seu caráter de imposição de conteúdos inadequados para a faixa etária das crianças na Educação Infantil, exigindo, por exemplo, que as crianças aprendam a ler e escrever antes do momento adequado para isso.

Outro ponto de debate é em relação ao referencial de qualidade para as instituições de ensino, pois a BNCC estabelece uma referência de qualidade para as instituições de ensino, ajudando a garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem ou localização geográfica, e paralelamente a isso, é marcada pelo excesso de exigências criando carga excessiva de exigências para as crianças, tornando a Educação Infantil um ambiente de pressão e estresse.

Como vimos no decorrer do texto a BNCC estabelece uma padronização do ensino, longe de ser apenas maléfico esse aspecto permite a padronização do ensino em todo o país, o que pode ajudar a reduzir desigualdades entre diferentes regiões e municípios, mas seu alcance positivo fica limitado devido a falta de clareza na implementação, pois a BNCC é um documento amplo e

complexo, e muitos educadores e gestores escolares ainda não têm clareza sobre como implementá-la de forma adequada na prática.

Longe de encerrar a discussão sobre o tema proposto, a nossa pesquisa pretendeu alargar o horizonte de discussão, na esteira da diversidade de apreciações da própria BNCC, que por um lado, enfatiza a importância da equidade educacional, ajudando a garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica destacando a importância da participação da família na educação das crianças, incentivando a parceria entre escola e família e o envolvimento dos pais no processo educativo. Mas por outro lado, fixa pouca ênfase na brincadeira e na exploração enfatizando em demasiado a necessidade de desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças, não dando a devida importância à brincadeira e à exploração como elementos fundamentais do aprendizado na Educação Infantil.

É importante ressaltar que a BNCC pode trazer benefícios significativos para a Educação Infantil, desde que seja implementada de forma adequada e considerando as especificidades e necessidades das crianças e das comunidades escolares, além de apresentar um grande potencial para ser uma ferramenta útil para a melhoria da Educação Infantil no Brasil, desde que seja implementada de forma adequada e considerando as especificidades e necessidades das crianças e das comunidades escolares.

A partir dessa perspectiva desenvolvemos a compreensão de que o lugar do desenvolvimento infantil nos processos de ensino escolar tendo como contexto os aspectos do processo civilizador, conceito elaborado por Norbert Elias e que nos permite, com seus estudos, ir na direção de uma nova compreensão do ser criança e da infância, mesmo que esta interpretação conceitual seja secundária no escopo da sua obra.

Com este fim, adotamos como metodologia a perspectiva da investigação qualitativa com aspectos de pesquisa bibliográfica e da pesquisa de observação in loco tendo como finalidade respaldar nosso estudo nos textos de Norbert Elias, além de autores que se debruçaram sobre os temas e conceitos que julgamos imprescindíveis para esta pesquisa. Conduzimos a nossa pesquisa com uma atitude reflexiva e crítica diante dos conceitos e argumentos expostos, fazendo uso de elementos empíricos de observação,

teóricos e conceituais próprios da sociologia e da filosofia e relacionados ao processo civilizador e sua relação direta e latente com os aspectos conceituais da noção de infância em Norbert Elias.

No primeiro capítulo tratamos da noção de que o aparecimento da sociedade de corte se relaciona diretamente à concentração do poder por parte do Estado. Elias foi protagonista de várias críticas a visão histórica estabelecida defendendo que a sociedade e os indivíduos sempre estão intimamente relacionados se complementando nas práticas sociais, dessa maneira não haveria uma sociedade sem indivíduos, tampouco haver indivíduos sem estarem imersos em uma sociedade. Assim, pode-se entender que há uma relação estreita e definitiva entre a sociedade e as pessoas que dela fazem parte. Com isso, avançamos na interpretação de que a corte pode ser entendida como um conjunto de caracterizações próprias dos ambientes de convivência da nobreza europeia, sendo um elemento de reflexão sobre as estruturas sociais da sociedade cortesã por intermédio de uma análise dos processos e vivências sociais.

No segundo capítulo vimos como ocorre o que chamamos de transmissão de normas e regras sociais com o intuito de controlar os objetos e as funções corporais. Por entender que cada tempo histórico tem suas próprias peculiaridades, suas normas, regras e hábitos de convivência, percebe-se que essas questões se transformam com o passar do tempo, criando novas práticas e costumes aceitos no grupo social.

Nesse contexto, pode-se considerar que as questões sociais que envolvem a civilização do homem estão relacionadas ao seu tempo, ou seja, para o homem contemporâneo, ser civilizado está relacionado a hábitos e costumes do seu tempo, logo, concepções acerca disso que remetem ao início dos tempos, serão vistas como incivilizadas.

Sob este viés enfatizaremos a necessidade de se compreender que um indivíduo é fortemente influenciado por seus pares, ou seja, que hábitos e costumes são repassados de uma geração para outra, mas sempre dentro de um contexto socialmente aceito. Nesse sentido, essa rede social tem se tornado tão complexa e extensa que tem exigido um esforço a mais no sentido de se comportar corretamente dentro dela, que, além de exigir um autocontrole a mais, também reiterou as relações e instituições sociais.

No terceiro capítulo tratamos da infância a partir dos estudos que o autor realiza sobre o processo civilizador e sobre as transformações presentes na constituição das regras e preceitos que estruturam a coletividade, dessa forma, é possível tecer uma reflexão sobre as correspondências e semelhanças possíveis presentes na correlação entre os conceitos e suas características. Podemos afirmar que Elias constitui a dinâmica civilizadora como um movimento de pensamento ininterrupto e incompleto onde, a partir disso, podemos compreender a infância como um elemento fundamental na formulação de um referencial dos indivíduos e seus vínculos e dependências no convívio social.

O processo civilizador presente na obra de Norbert Elias caracteriza uma transição na forma de agir e nas sensações e emoções humanas em um caminho específico, o que resulta em transformações da forma de se comportar dos indivíduos em coletividade como também das interações de interdependência e as figurações da coletividade no desdobramento histórico lento e gradual. O domínio das sensações e emoções e o controle dos impulsos figuram no novo rol de práticas e comportamentos que passam a ser considerados como sendo um referencial de civilidade para nortear a vivência em sociedade. Com isso, quanto menos complexo um grupo social, mais perto esses aspectos estão um do outro, dessa maneira, nos grupos sociais das cidades industrializadas surgiu a demanda para criar um ambiente com expertise para educar e compor criança para o contexto de convivência presente na vida adulta e no meio escolar. Dessa forma, há diversos outros ambientes que agem modificando a constituição da civilização das crianças. Elias enfatiza, que a existência do ensino dos métodos de leitura e da matemática por si só já estabelecem uma grande ação de controle e domínio dos sentimentos, emoções e afetividades

Dessa forma, vimos como desenvolver a civilidade das crianças está relacionado a um maior domínio e educação dos seus impulsos e sentimentos que se estabeleceu a medida que as cidades cada vez mais industrializadas se consolidavam estando relacionado também ao aumento dos vínculos e dependências próprios dos grupos sociais. Quanto mais confusa e enigmática uma coletividade, mais exigem-se atitudes reguladas pelo controle interno das pulsões. Com isso, consideramos que a partir da obra de Elias podemos

afirmar a correlação entre uma dinâmica civilizadora e o estabelecimento do moderno entendimento da criança e da infância, visto que no ambiente da modernidade se faz presente o cuidado e consideração em relação às crianças.

No quarto capítulo abordamos como a Base Nacional Comum Curricular reuni um conjunto de políticas para nortear os currículos, sua construção reflete as intenções governamentais do ministério da educação em relação ao rol de valores e conhecimentos próprios da educação básica, sua elaboração visa constituir um modelo de práticas a serem seguidas pelas instituições de ensino tanto públicas como de natureza privada de todo o território nacional.

Além da função precípua da Base Nacional, podemos enfatizar também o seu caráter possuidor de elementos de poder político relacionados diretamente com a estruturação do que podemos chamar de uma pedagogia guiada por aspectos que se pretendem científicos, pois estas duas áreas fomentam narrativas e discursos direcionados aos atores sociais e da educação, com destaque ao público infantil. Tendo em vista os princípios próprios de uma pedagogia normativa, a Base Nacional estabelece as formas como, obrigatoriamente os conteúdos e práticas de ensino-aprendizagem devem ser abordados dentro do ambiente escolar.

O processo civilizador estabelece novos comportamentos e reprimi outros, se constituindo historicamente a partir de relações de controle e domínio atuando como fator disciplinador e de controle dos indivíduos. A partir disso se torna imperativo refletir sobre a Base Nacional e seus elementos estruturantes da ação pedagógica a partir das suas características disciplinadoras da estrutura do ensino básico.

Ainda no quarto capítulo, no tópico *Civilidade e Pedagogia: A pesquisa de observação* veremos os dados obtidos pela pesquisa de observação e em seguida como a Base Nacional lança mão do recurso da organização e divisão por meio de um conjunto de caracteres alfabéticos e numéricos elaborados para demonstrar como as competências e habilidades se correlacionam com o planejamento do processo de ensino-aprendizagem na relação bilateral entre aluno e professor. Disso resulta que na etapa da Educação Infantil, a partir da BNCC podemos falar em aprendizagens de caráter fundamental e elementar que trazem consigo hábitos de conduta, práticas sociais e comportamentais

além de habilidades e informações em relação às experiências e aprendizados mútuos que estimulam o aperfeiçoamento nos mais variados campos de experiências, frequentemente tendo em vista os convívios e a brincadeira como mote central da sua constituição.

Tratando das narrativas de civilidade e normalização do comportamento, encontramos na Base Nacional o que podemos afirmar ser a narrativa basilar dessa temática, ou seja, a exigência de que a totalidade das crianças que frequentam as instituições de ensino no país uniformizem suas práticas pedagógicas em relação ao desenvolvimento das ditas competências e habilidades.

Nesse contexto, a Base Nacional pode ser entendida como um documento onde se encontram um cabedal de elementos e concepções pelos quais o processo civilizador pode se fazer presente no desenvolvimento infantil, e com isso pode atuar para induzir comportamentos controlando as condutas desde a infância. Utilizando concepções e ideias pedagógicas que se dizem defensoras da individualidade e da autonomia, a Base Nacional traz em seu interior uma relação de normalização, seja pela noção de poder aliada aos métodos pedagógicos, seja pelas características do processo civilizador.

Devido a isso, vemos com frequência os saberes pedagógicos e sua influência civilizatória de normalização desempenhar o seu papel nos processos de aperfeiçoamento presentes no ensino infantil. Refletir sobre o desenvolvimento infantil, o questionando enquanto lugar onde está presente o processo civilizador permite também compreender a sua constituição histórica e cultural e o modo como se insere nos aspectos sociais da modernidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 23, n. 2, p. 35–72, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13986>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, M. E. P. Modos de Educação, Gênero e Relações Escola-família. **Caderno de pesquisas**, n. 121, p. 41-58, jan./abr. 2004.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Difusão Europeia do Livro, 2002.

COSTA, André Oliveira. Norbert Elias e a configuração: um conceito interdisciplinar. **Configurações**, v. 19, n. 1, p. 34-48, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/3947?lang=en>. Acesso em: 28 dez. 2021.

COSTA, André Oliveira; ENDO, Paulo César. **Corpo, transmissão e processo civilizador: Sigmund Freud e Norbert Elias**. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v6n2/v6n2a04.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinaldo Luiz. Norbert Elias e a teoria dos Processos Civilizadores. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 53, p. 238-262, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640203/7762>. Acesso em: 29 dez. 2021.

CRUZ, Cristian F. BNCC uma breve análise pautada na Pedagogia Histórico-Crítica Marden. In **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/7474/6244>. Acesso em: 09 jun. 2022.

DA SILVA, Marcos Antonio. A Técnica da Observação nas Ciências Humanas. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 413-423, abr. 2014. ISSN 1983-7771. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/3101/1889>. Acesso em: 09 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v16i2.3101>.

DÉCHAUX, Jean H. La Mort Dans Les Sociétés Modernes : La Thèse De Norbert Elias À L'épreuve. **Revista L'Année sociologique**, v.51, n. 1, 2001, p.

161-183. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-l-annee-sociologique-2001-1-page-161.htm>. Acesso em: 24 abril 2022.

DIAS, Sabrina da C. As contribuições de Norbert Elias para a compreensão da emergência do debate sociológico da infância. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1245/1192>. Acesso em: 09 jan. 2022.

EDUARDO, Aldrean T. R.; VERÁSTEGUI, Rosa A. Reflexões sobre civilidade e infância no século XV. In: VI SIMPÓSIO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. Londrina, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/ANAIS/ARTIGO/PERSPECTIVAS%20FILOSOFICAS/REFLEXOES%20SOBRE%20CIVILIDADE%20E%20INFANCIA.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1939/1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador**. Volume 1: Uma história dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert. **La Sociedad Cortesana**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. Sobre os seres humanos e suas emoções: um ensaio sob a perspectiva da sociologia dos processos. In: GEBARA, A.; WOUTERS, C. (orgs.). **O controle das emoções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

EMILIO, Rejane M.; ABDALLA, Maria de F. B. A BNCC como mecanismo de controle da educação. In publicações unid. 2021

FERREIRA, Eliana M.; SARAT, Magda. Civilizar a Infância: relações entre adultos e crianças no espaço pedagógico da educação infantil. **Revista Poiésis Pedagógica**, v.11, n.1, p.86-106, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/download/26999/15417/113483>. Acesso em: 12 maio 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz de C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Revista Educ. Soc.**,

Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xm7bSyCfyKm64zWGNbdy4Gx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FREITAS, Marcos. C. de. **História social da infância no Brasil**. 5ª ed. SÃO Paulo: Cortez, 2003.

GENTILI, João A.; CÂNDIDO, Rita de K. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/70269/43509>. Acesso em: 13 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVÊA, Maria. de S. C. A Escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma reescrita. **Revista Educação em Questão**, v. 28, n. 14, p. 121-146, jan./jun. 2007.

HAMMARBERG, Thomas. The UN convention on the rights of the child: and how to make it work. **Human Rights Quarterly**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 97-105, fev. 1990.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n.14, p.05-18, jul. 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2022.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LANDINI, Tatiana Savoia. A sociologia processual de Norbert Elias. **Anais... IX CONGRESSO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZATÓRIO – TECNOLOGIA E CIVILIZAÇÃO**. Ponta Grossa, 2005, p. 21 – 32.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LUCAS, Charles da Fonseca. A Sociedade de Corte, segundo Norbert Elias. **Revista EDUC – Faculdade de Duque de Caxias**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608150126.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

LUCENA, Ricardo de F. Elias' Bodies: the conception of body and education from three works of Norbert Elias. **Revista Educação e Realidade**, v.42, n.4, p.1319-1332, Out./Dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/7WY7dym8594YPymhvHC4R4L/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2022.

MAUREL, Olivier. Relations parents-enfants: Au-delà de Freud... et de Norbert Elias, **Revista La VEO dans la psychanalyse**, v.1, n.2, p.1-15, Mai/2017. Disponível em: <https://www.oveo.org/rerelations-parents-enfants-au-dela-de-freud-et-de-norbert-elias/print/>. Acesso em: 22 abril 2022.

OLIVEIRA, Osmar Nascimento de. O Processo Civilizador segundo Norbert Elias. **Anais... IX ANPEDSUL – SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL**, Caxias do Sul, RS, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1342/56>. Acesso em: 29 dez. 2021.

PAGLIARI, Lidiane Limana Puiati; FÁVERO, Altair Alberto. **Contribuições de Norbert Elias para a formação de professores**. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24375_12098.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

PERES, Cristiane Pereira; PRZYLEPA, Mariclei. Relação entre indivíduo, sociedade e educação: uma leitura a partir de Norbert Elias. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 15, n. 34, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/36615/pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

PISANI, Ana L. Boas maneiras para crianças e jovens: O controle dos corpos na civilidade erasmiana no século XVI. **Revista Projeto História**, v.59, p. 373-384, abri-jul.2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/25312/23451/92920>. Acesso em: 10 jul. 2022.

QUINTEIRO, Jucirema. Educação, infância e escola: a civilização da criança. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, v.37, n.3, p.728-747, jul./set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336909045_Educacao_infancia_e_escola_a_civilizacao_da_crianca/link/5dba5c8d4585151435d62688/download. Acesso em: 08/01/2022.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3. p. 169-209.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue a doce vida**. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2012.

SANTOS, R. O papel da família e da escolar no processo contemporâneo de socialização primária: uma reflexão sociológica sobre representações e expectativas institucionais. In: GOETTERT, J. D; SARAT, M. (Org.) **Tempos e espaços civilizadores**: diálogos com Norbert Elias. Dourado, MG: Editora da UFGD, 2009.

SARAT, Magda. **A infância e a formação civilizada do indivíduo em Norbert Elias**. 2012. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Magda_Sarat.pdf. Acesso em: 08 jan. 2022.

SARAT, Magda; SOBRINHO, Reginaldo C. Foreword to the Thematic Section Norbert Elias and Education, **Revista Educação e Realidade**, v.42, n.4, p.1211-1215, Out/Dez. 2017. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/6722054b825d8e6b459f5ff42940acce/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2047726>. Acesso em: 19 fev. 2022

SILVA, Anilde T. T. da. A infância no processo civilizador. Revista **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, v.3, n.4, p.11-27, jan./jun., 2005. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/3075>. Acesso em: 14 fev. 2022.

SIMÕES, José Luís. Norbert Elias e *La Sociedad Cortesana*. **Revista Conexões**, n. 5, dez. 2000.

SINGLY, Francois de. Elias et le romantisme éducatif sur les tensions dans l'éducation contemporaine. **Revista Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 99, p. 279–9, 1995, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40690642>. Acesso em: 22 abril 2022.

TOMÉ, Dyeinne Cristina; QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Pensando com Norbert Elias**: a construção do conceito de civilidade. 2011. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Raquel_Quadros.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

TOZZI, Juliane B. Educação, infância e leitura: contribuições da teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias. **Revista Pro-Posições**, v.24, n.2, p.127-145, maio/ago. 2013.

QUINTEIRO, Jucirema. Educação, infância e escola: a civilização da criança. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 728-747, jul./set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336909045_Educacao_infancia_e_escola_a_civilizacao_da_crianca/link/5dba5c8d4585151435d62688/download. Acesso em: 08 jan. 2022.

VALDEMARIN, Vera T. **História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. A civilização das crianças pela escola (Brasil, Século XX): questões teóricas e conceituais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: CIVILIZAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 12. Recife, 2009. **Anais...** Recife: UFPE, 2012. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/2p2Pz57>. Acesso em: 09 jan. 2022.

_____. A escolarização como projeto de civilização. In: **Trabalho apresentado na sessão especial realizada na 25ª Reunião Anual da ANPEd**, (Caxambu, MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002). p. 90-170. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413. Acesso em: 26 março 2022.

_____. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In L. M. Faria Filho (Org.), **Pensadores da sociedade e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 139-166.

XAVIER, Nubea R.; SARAT, Magda. Infância, literatura e o processo civilizador da escola. In: GOETTERT Jones D.; SARAT, Magda (Orgs.). **Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias**. Dourados, Editora da UFGD, 2012. 272p. -Cap. IX, p. 169-200.

APÊNDICE I

Carta de apresentação do Acadêmico



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Carta de Apresentação do Acadêmico

Curitiba, 10 de novembro de 2022

Prezada diretora do Centro de Educação Infantil Nova Brasília.

Por meio desta apresentamos a acadêmica Eliane Griep Gomes Bitencourt, aluna do Mestrado Profissional em Educação, devidamente matriculada nesta instituição de ensino, que está realizando a dissertação intitulada "Infância e Processo Civilizador: Um estudo a partir da Sociedade de Corte e da Pedagogia Disciplinar".

Solicitamos a sua autorização para execução de atividades de Observação Pedagógica em sua instituição, em turmas da Educação Infantil, tal procedimento consiste no mínimo de intervenção no campo de estudo. Dessa forma, pode-se compreender que o método da observação in loco se concentra nas ações e comportamentos que se desenrolam de forma habitual e natural em seu local de atuação e o pesquisador observador não interfere nesse ambiente afim de obter informações de forma clara e natural. Com isso objetiva-se assegurar imparcialidade e objetividade, elementos fundamentais na pesquisa de cunho científico. A metodologia da pesquisa de observação parte da atitude de ver, ouvir e examinar os fatos ou fenômenos que se constituem como objeto da pesquisa.

Agradecemos vossa compreensão e colaboração no processo de desenvolvimento deste futuro profissional e da pesquisa científica em nossa região. Colocamo-nos à vossa disposição.

Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos antecipadamente.


João Paulo Pooli
Docente UFPR
RG 304239

Prof. Dr. João Paulo Pooli
Professor Orientador

Eliane Griep Gomes Bitencourt
Acadêmica


Ana Regina Sgrott Dalchoio
Diretora do Centro de Educação Infantil

Ana Regina Sgrott Dalchoio
DIRETORA
Portaria : 13.748

APÊNDICE II

Guia da Pesquisa de Observação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

GUIA DA PESQUISA DE OBSERVAÇÃO

11/2022

Os itens abaixo irão nortear a observação no ambiente escolar da Educação Infantil, servindo de base para o olhar do pesquisador.

1. Organização do espaço físico da sala em relação às normas disciplinares.
2. Mobilidade física das crianças no espaço da sala.
3. Organização da rotina (Atividades: diversificadas e/ou padronizadas, individuais e/ou em grupos, distribuição do tempo, flexibilidade ou rigidez da rotina.
4. Liberdade de brincadeiras dentro da sala, de modo que às crianças sejam dadas as possibilidades de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiro as com quem brincar.
5. Interação do adulto com a criança e das crianças com seus pares em relação às normas de civilidade.
6. Organização dos espaços externos.